# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

# PUC-SP

**IVAN DE JESUS CONSOLINO**

**Economia, Trabalho e Imigração:**

**As Relações Brasil – Portugal na Contemporaneidade**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO**

**2010**

# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

# PUC-SP

**IVAN DE JESUS CONSOLINO**

**Economia, Trabalho e Imigração:**

**As Relações Brasil – Portugal na Contemporaneidade**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais – Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Doutor Paulo Edgard de Almeida Resende

**SÃO PAULO**

**2010**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr. Paulo-Edgard de Almeida Resende**

**Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus**

**Profa. Dr. Marcelo Costa Ferreira**

# Dedicatória

***Eu gostaria de dedicar este texto às pessoas que mais contribuíram com minha formação, seja como um educador, seja como ser humano, e que tenho certeza, ainda ter muito o que percorrer, por isso, dedico a vocês minhas irmãs, e principalmente, a você, Minha Mãe!!! Luiz Consolino (in memorian), é para você também!!!***

# Agradecimentos

Tenho neste momento que fazer um exame de consciência e lembrança para listar as pessoas que fizeram parte deste estudo, por isso, boa parte de vocês que aqui estão será para determinar o quanto eu agradeço pela ajuda e apoio direto na composição final deste, enquanto que as aqui não listadas, certamente não serão consideradas por mim menos importantes, pois se não me fizeram a indicação de uma obra ou título, tiveram a paciência de me ouvir em momentos particulares e corriqueiros, pois todos vocês também fizeram a diferença na tranqüilidade, equilíbrio e bom senso, que todos devem ter.

Professor Tomislav Rodrigues Femenick, sem palavras, foi você o causador de tudo.

Alda Cristina, temperamental, mas que sempre esteve pronta para qualquer coisa.

Professora Dra. Maria Helena Villas Boas Concone pela grande contribuição feita ao texto, quando as idéias começam a fugir.

Professora Lúcia Bógus, sem comentários, não só foi de grande valia suas preciosas ponderações na construção do texto, como também no papel de protagonista em iniciar-me nesta ideia e estudo, inclusive com sua riquíssima obra.

Professor Paulo Edgard de Almeida Resende, fantástico, amigo, parceiro, e por fim um grande Mestre Orientador.

**VOCÊS TODOS FIZERAM A DIFERENÇA EM TODAS AS LETRAS E LINHAS A SEGUIR,**

**O MEU MUITO OBRIGADO!!!**

## Resumo

Desde os tenros anos do descobrimento do Brasil, nos acostumamos a pensar que Portugal e Brasil são países considerados "irmãos", parceiros, mesmo considerando o período colonizador. Evidentemente a história também nos mostra conflitos e rusgas, porém amenizadas pelos costumes e características das sociedades contidas nesta relação. O que se busca identificar nesta pesquisa é saber se as relações entre esses dois países foram ampliadas, mantidas, ou ainda restringidas, no momento em que Portugal adentrou ao grupo denominado União Européia no ano de 1992. Analiso, com maior detalhe, repercussões ocasionadas pelas regras impostas a Portugal no ano citado, e, em particular, as condições com que os migrantes passam a ter que conviver a partir de então. Em resumo, poder concluir se a frase "Portugal será a porta de entrada à Comunidade Européia para os imigrantes brasileiros?" é verdadeira ou não. Ou ainda saber, se para os brasileiros instalados naquele país, legal ou ilegalmente, são oferecidas as condições mínimas validadas nos acordos firmados entre os seus governantes em suas rotinas, visando a qualidade de vida semelhante ao que é oferecida à população local. A utilização das entrevistas foi marcante na confecção deste texto. A opção foi de deixar o entrevistado livre para se expressar. Após isto, a seleção dos dados seria realizada. Uma medida de cautela foi tomada na intenção de aumentar a possibilidade de organizar a coleta e propiciar comparações, que foi a elaboração de um guia, que permitisse dirigir ou re encaminhar a discussão, caso houvesse uma derivação do assunto principal.

**Palavras-chave**: Globalização; Economia, Relações Internacionais; Política; Comunidades.

**Abstract**

Since the early times from discovery of Brazil we are used to think that Portugal and Brazil are “partner countries”, even considering the colonization period. Obviously the history also shows us conflicts and raids, however it was eased by behaviors and society characteristics in this relationship. The object in this research is to identify whether the relationship between these two countries were improved, maintained, or restricted at the time when Portugal entered the group called the European Union, in 1992, analyze in greater detail the impact caused by the rules imposed on Portugal in the mentioned year, and particularly under the conditions that migrants are having since this date. In a few words, the goal is concluded if the sentence “Portugal will be the front door to the European Community to Brazilian peoples?” is true or not. Or even if to the Brazilians residents in this country, legally or illegally, are offered the minimum conditions that the agreements between their governors could be seen in their routines, looking for the quality of life similar to the one offered to the local population. The use of nonstandard interviews was outstanding in the creation of this text, the option was to let the interviewers free to express, and only after the data selection would be held. A measure of caution took in the intention to increase credibility the collected data was the preparation of a guide to try to direct or redirect the discussion, in case of a derivation from the main subject.

**Keywords**: Globalization, Economics, International Relations, Politics, Community.

# Sumário

**SUMÁRIO** ..... **VIII**

**ÍNDICE DE TABELAS** ..... **IX**

**ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS** ..... **X**

**ABREVIATURAS** ..... **XI**

**INTRODUÇÃO** ..... **13**

**CAPÍTULO 1 – PORTUGAL – UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE A PARCERIA** ..... **16**

1.1. Políticas em Questão ..... 17
1.2. Adesão de Portugal à Comunidade Européia ..... 18
1.3. A Economia Portuguesa e sua Dinâmica ..... 21
1.4. As Instituições e os programas de Apoio à Internacionalização ..... 34

**CAPÍTULO 2. A MOBILIDADE GLOBALIZADA** ..... **39**

2.1. Empregabilidade Afetada ..... 41
2.2. As Regras Migratórias Portuguesas ..... 46
2.3. As Migrações Inverteram o Fluxo ..... 53

**CAPÍTULO 3 – CONSEQUÊNCIAS AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS** ..... **63**

3.1. As Restrições ..... 63
3.2. As Repercussões para o Migrante Brasileiro ..... 67

**CAPÍTULO 4 – CONHECENDO A POPULAÇÃO INVESTIGADA** ..... **72**

4.1. Identificando a População Imigrante ..... 72
4.2. Consequências Imigratórias ..... 77

**CONCLUSÕES** ..... **85**

**BIBLIOGRAFIA** ..... **88**

Anexo A ..... 92
Anexo B ..... 93
Anexo C ..... 115

# Índice de Tabelas

Tabela 1 – Receitas das privatizações de 1991/1998 ..... 24
Tabela 2 – Remessa de Emigrantes e Saldos Líquidos com a UE (1990/2000) ..... 26
Tabela 3 – Principais Indicadores Econômicos de Portugal e da UE 1986/2000 ..... 27
Tabela 4 – Peso do Comércio Externo no PIB (1987/2000) ..... 28
Tabela 5 – Indicadores de abertura e exposição internacional de Portugal (1953/1998) ..... 29
Tabela 6 – Comércio intra-industrial na indústria portuguesa (1983/1998) ..... 30
Tabela 7 – Taxa de Juros Nominais de Longo Prazo (1986 a 2000) ..... 30
Tabela 8 – Balança Corrente e de Capital de Portugal 1996-2000 (% do PIB) ..... 33
Tabela 9 – Endividamento externo líquidos da banca portuguesa 1997/2000 (milhões de Euros) ..... 34
Tabela 10 – Legalizações no Estado Português ..... 68

# Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 – Condições que Limitam a Titularidade de Direitos de Cidadania ..... 50
Quadro 2 – Limites ao Processo Legislativo ..... 51
Gráfico 1 – Evolução da População estrangeira em Portugal 1980-2008. ..... 58
Gráfico 2 - Situação do Mercado de Trabalho dos Nacionais e Estrangeiros ..... 59
Gráfico 3 – População Ativa Estrangeira ..... 60
Gráfico 4 - Estrangeiros, segundo o nível de qualificação – 2002 – 2006. ..... 62
Gráfico 5 – Situação laboral da população brasileira – 1991 ..... 64
Gráfico 6 – Situação laboral da população brasileira – 2001 ..... 65
Gráfico 7: Gênero (Comparação) ..... 73
Gráfico 8: Faixa Etária ..... 74
Gráfico 9: Permanência em Portugal ..... 75
Grafico 10: Principais Origens em Portugal ..... 76
Gráfico 11: Regiões de Origem dos Imigrantes ..... 76
Gráfico 12: Violências – Imigrantes ..... 77
Gráfico 13: Agência de Direitos Fundamentais ..... 78

# Abreviaturas

ACIDI – Alto-Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural;

ACIME – Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – ACIME;

BPA – Banco Português do Atlântico;

BCP – Banco Comercial Português;

BVP – Bolsa de Valores de Portugal;

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal;

CDE – Centro para o Desenvolvimento da Empresa;

CEE – Comunidade Econômica Européia;

CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial;

CUF – Companhia União Fabril;

CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;

COCAI – Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração;

DGEEP – Direção Geral de Estudos e Estatística e Planejamento;

DS – Democrático Social;

EDP – Eletricidade de Portugal;

EU – União Européia;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

FRIE – Fundo de Reestruturação e Internacionalização Empresarial;

IGT – Inspeção-Geral do Trabalho;

INE – Instituto Nacional de Estatísticas;

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico;

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;

PPC – Paridade do Poder de Compra;

PCP – Partido Comunista Português;

PIB – Produto Interno Bruto;

PPD – Partido Popular Democrático (PPD);

PAIEP – Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas;

PEDIP – Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa;

POE – Programa Operacional para a Economia;

PS – Partido Socialista;

PT – Portugal Telecomunicações;

QCA – Quadros Comunitários de Apoio;

SCAL – Secretariado Coordenador das Ações de Legalização;

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIS – Sistema de Informação Schengen;

SME – Sistema Monetário Europeu;

SGPS – Sociedade Geral de Participações Sociais;

TCE – Tratado da Comunidade Européia;

UCT – União Central dos Trabalhadores;

UEM – União Econômica e Monetária;

UGT – União Geral dos Trabalhadores;

USL – União dos Sindicatos de Lisboa.

## Introdução

Os portugueses a partir do século XIV, com todo o seu conhecimento sobre navegação, mostraram ao mundo uma nova tendência de conquistas e ampliação dos mercados político-econômicos, não só em relação aos seus vizinhos europeus, como também em outros continentes, como por exemplo, o até então denominado Novo Mundo e o continente Africano, se estendendo por toda a costa do Oceano Indico.

Desde então, com suas relações estabelecidas por meio da colonização destas áreas, houve a aproximação entre alguns países, e dentre estes, este estudo abordará em particular as relações mantidas com o Brasil não há intenção de fazer o levantamento da época colonial, mas sim, o momento em que Portugal adere definitivamente e começa a fazer parte da União Européia, nos atuais padrões econômicos, financeiros e também sócio-políticos, fato este ocorrido no ano de 1992, sendo que já havia feita a adentrado no ano de 1986 na Comunidade Econômica Européia, e apenas no ano de 2002 fez a opção de uso da moeda unificada denominada Euro em substituição do Escudo.

Com essas mudanças políticas e econômicas no país, algumas repercussões foram surgindo no cotidiano das pessoas, e do país, decorrentes da valorização da moeda, e consequentemente os produtos perdendo em competitividade, a Balança Comercial começa a ter déficit constante, entre outras situações de difícil contorno ou administração. Em sendo assim, quando estes fatos se acumulam, as áreas governamentais também buscam ajustar suas políticas sociais e tornam mais rígida a legislação imigratória, na intenção de não agravar o quadro que se desenha.

Esta pesquisa buscou ampliar a discussão em torno de um tema que passou a ser recorrente, ou seja, de que forma que os imigrantes brasileiros vivem ou sobrevivem em Portugal.

A investigação por meio de entrevistas que foram indispensáveis, assim como define Selltiz (1967, p. 82) ‘pois a entrevista é adequada para obter informações acerca do que as

pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram [...] seria muito difícil, portanto, imaginar uma pesquisa descritiva que tivesse sido realizada sem o uso das entrevistas'.

Para que o estudo tenha elevada importância e relevância, este será delimitado nos anos que se sucederam do ingresso de Portugal na União Européia, e mais detidamente após a unificação das moedas (como foi relatado anteriormente), até os dias atuais.

Os métodos utilizados nesta pesquisa, principalmente quanto a abordagem para a busca dos dados e posteriormente, as análises e interpretações, poderão ser considerados do tipo "qualitativo".

Demo (2000, p. 151) afirma que 'pesquisas participantes, pesquisa-ação, história oral, observação, [...] levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados, análises de grupo, que [...] abrigam horizontes bastante heterogêneos'. As investigações, por sua vez, seguiram os caminhos da Pesquisa Pura, como afirma Cervo (1996, p.47) 'tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento', e expondo que a produção de conhecimento promove a discussão teórica e a formulação de problemas que não se tem a pretensão de resolução prática.

Ainda foram utilizados critérios estabelecidos pela pesquisa do tipo Descritiva, pois Bervian afirma que:

> "desenvolve-se, principalmente, nas Ciências Humanas e Sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos. Os dados, por ocorrerem em seu habitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito". (BERVIAN, 1996, 49).

Para finalizar, não se pode deixar de citar a Pesquisa Bibliográfica e Documental, ou ainda a pesquisa de ideias, como diz Demo (2000, p. 170) 'é possível fazer tese apenas teórica, cujos "dados" sejam nada mais que próprias teorias e autores'. Pois é fato que todas

as pesquisas são embasadas em teorias, sejam por meio físicos ou meios eletrônicos virtuais, como é o caso dos apontamentos realizado neste estudo.

A distribuição dos capítulos buscou orientar o leitor no sentido de relembrar sobre os cenários vivenciados pelos portugueses em rápidas incursões históricas, e aprofundando nas épocas mais contemporâneas, em que houve a inserção de Portugal a Comunidade Européia. Expondo com maiores detalhes a economia e os programas a que o país foi submetido neste período. Isto no capítulo 1.

Em seguida, no capítulo 2, houve a preocupação de expor as regras e condições que os fluxos migratórios ocorreram em períodos diversos. Enfatizando os regimes fronteiriços e regulatórios para aceite de grupamentos que se locomoveram nas últimas três décadas, principalmente. Houve também interesse em denominar os agentes que regulam e fiscalizam estes regimes, seja em Portugal, seja em outros países que são partes integrantes das comunidades Européias.

O texto privilegiou no capítulo 3 e demais sub capítulos, as análises feitas a partir das entrevistas realizadas, na intenção de diagnosticar ou evidenciar quais são os grupamentos que estes brasileiros pertencem, se que houvesse a pretensão de confrontar com outros estudos gerais, e que também foram fontes deste estudo, fosse de origem brasileira, fosse de origem portuguesa.

Finalizando com as conclusões do estudo que apontou questões que são recorrentes no cenário mundial, no tocante a políticas migratórias, questões econômicas e fundamentalmente nas relações sociais.

## Capítulo 1 – Portugal – Um Pouco de História Sobre a Parceria

Desde a proclamação da Independência do Brasil no ano de 1822 a relação entre Portugal e Brasil tem registrado um misto de ajustes e divergências; ainda no século XIX o governo português tentou alinhavar acordos de cooperação e negociações com o Brasil, porém este por sua vez, somente aceitaria quaisquer termos, se a antiga Metrópole reconhecesse a sua independência.

O primeiro acordo foi assinado no ano de 1825, intermediado pela Inglaterra, e se resumia principalmente na "paz" nas relações entre os países e que não haveria qualquer represália entre as partes. Assim como, uma comissão mista composta por representantes dos dois países, na intenção de resolver possíveis problemas, isso antes de que estes possam tomar vulto ou grandiosidade. E por fim criada uma taxa de exportação e direitos de consumo[1].

Dando um salto nos anos que se sucederam, quando das comemorações do primeiro centenário de independência brasileira,vários acordos, visitas e tratados foram verificados, como por exemplo, o reconhecimento da República portuguesa, ou ainda, com os acordos de Cooperação Intelectual e também o Tratado de Comércio. Pouco mais a frente, no ano de 1953 o Tratado de Amizade e Consulta foi assinado, porém ratificado somente em 1955, que iniciava a questão de tratamento aos seus cidadãos, como relatado:

> "1. Ambos os governos consultar-se-iam sempre sobre os problemas internacionais de manifesto interesse comum; 2. Portugueses e brasileiros seriam equiparados em tudo que de outro modo não estivesse diretamente regulado nas disposições constitucionais dos dois países; 3. Portugueses e brasileiros poderiam circular e estabelecer-se livremente nos dois países, com as únicas limitações impostas pela segurança nacional e a saúde pública; 4. O tratamento da nação mais favorecida seria aplicável aos cidadãos de ambos os países". (MAGALHÃES, 1997, 66)

[1] Magalhães, José C. Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras. Disponível em HTTP://www.openlibrary.org/work - acesso em 15/07/2010.

Cabe ressaltar que este tratado não conduzia nenhum elemento de questões comerciais, as quais não foram reguladas em nenhum momento por pelo menos os próximos 10 anos seguintes ao seu assentamento, pois os presidentes que se sucederam neste período, nada fizeram para que estas relações fossem promulgadas.

Alguns fatores se colocavam como obstáculos para que os Tratados citados pudessem ser colocados em prática, e um desses foi a posição dos líderes mundiais, contrárias a posição de Portugal em relação às suas colônias, como por exemplo, os ingleses e americanos, e que foram encampadas pelos presidentes brasileiros do período, ou seja, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitscheck, Janio Quadros e João Goulart, apesar de que os dois primeiros fossem ainda menos contrários que os demais. Após várias tentativas de ampliar a melhoria nas relações, somente em 1996 depois de realizadas cimeiras os líderes começaram a se aproximar de maneira mais constante, e inclusive, já não mais somente os gestores públicos, como também grande grupo de financistas, industriários e gestores particulares.

## 1.1. Políticas em Questão

Retornando um pouco na história, as lutas internas em Portugal fazem da década de 70 fosse um período de grande movimentação, principalmente, no tocante aos Partidos Políticos, golpes de estado e a queda da mais antiga das ditaduras européias, que era o Partido Comunista Português (PCP) que na época era o mais estruturado e bem representado em vários segmentos, se posicionou inicialmente visando atenuar pequenas discussões entre trabalhadores, sindicatos, na intenção de eliminar focos de greve; com o passar dos meses, buscaram posições mais atuantes, em particular, na formação de uma grande aliança. (MAXWELL, 1999, 95)

Os demais partidos, como por exemplo, o Democrático Social (CDS) e o Popular Democrático (PPD), pleiteavam o retorno das personalidades econômicas para que estes fizessem os ajustes necessários, seja de investimentos ou de pura administração, com o objetivo de colocar o país dentro dos moldes europeus, pois até então era considerado o país pobre do lado ocidental do continente.

Em abril de 1975, as eleições vencidas pelo Partido Socialista (PS) mostrou que começava uma nova força, que poderia ser apenas pela personificação de Mario Soares, ou de fato, o surgimento deste regime no país. Economicamente, Portugal estava definhando em todos os setores de influência, estavam descontentes com a condução do país e das alianças firmadas, fazendo com que o clima fosse o pior possível, seja entre populares, seja no clero, seja entre representantes sociais da sociedade civil. Mario Soares porém, articulava o enfraquecimento da oposição e começava a alicerçar a entrada de novos capitais para a salvação de alguns setores e a retomada do crescimento, mesmo que de forma tímida a princípio.

A imprensa local e especializada naquele instante fazia suas matérias evidenciando uma dicotomia, pois enquanto alguns faziam duras críticas ao "socorro" financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), outros afirmavam que o choque seria na condução econômica que deveria ser alinhada a este órgão e suas regras de gestão, ou quiçá denominar, saneamento.

Por fim, o que se pode dizer em função de todos os conflitos ocorridos é que não houve lutas armadas e perdas humanas.

## 1.2. Adesão de Portugal à Comunidade Européia

Após os conflitos políticos e econômicos em menos de 30 anos e com as repercussões das mudanças iniciadas pelo Partido Socialista por meio de Mario Soares, Portugal iniciou um processo de ressurgimento como potência européia e mundial, título ou condição que possuía quando das grandes navegações e um novo ideário português.

Um periódico português descreveu em suas páginas no dia 30 de março de 2002 uma matéria que bem resumiria o parágrafo anterior, "Demonstrando uma estatura política, uma capacidade de previsão e um pragmatismo bem maiores que a dos retóricos da primeira

República, Soares e o PS apressam-se a descobrir uma saída para uma situação que em curto prazo poderia cair num impasse" e ainda mais uma frase deste periódico "A Europa connosco"[2]

Com novos desafios e uma conformação política que volta a ter os interesses da facção hegemônica dominante, na liderança do projeto sócio-político-econômico de integração de Portugal na CEE, a burguesia vai retornando aos lugares que durante o período revolucionário tinha estado afastada. A crise econômica que se instaurou ao término dos anos setenta e inícios dos anos oitenta estatísticas mostra um país atingido por um golpe difícil de ser suportado e que foi a perda da relação econômica com as colônias Angola e Moçambique, relação esta baseada na troca desigual e que dava grande favorecimento a Portugal.

A preparação do país para que não houvesse nenhum problema nos processos de adesão a CEE mostraram que árduo seria o percurso, seja no campo empresarial ou político, pois o parque industrial passava por uma grande re estruturação, isto para que houvesse choques de competitividade no futuro, e que não tivessem perdas neste caminho.

A sociedade civil estava desarticulada com o golpe (crise colonial, pela perda das colônias), e é nesse período que se formam as novas associações de classe, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), entre outras.

Para Maxwell (1999, p. 230) o processo de ajustamento foi lento e claramente distinto do que existira antes. A revolução destruiu um sistema econômico encabeçado por pequenos grupos de cartéis familiares, que com a nacionalização das grandes empresas, tornaram o Estado parceiro direto na sua administração e financiamento. Todavia, lentamente as tradicionais famílias recuperam os bens e os espaços políticos perdidos neste período revolucionário. E todos os esforços ficam concentrados na redução do flagelo inflacionário e

[2] 24 Lusitano – Ultima. Lisboa em 30 de Março de 2002.

no combate ao desemprego[3], que já havia sido protagonista da perda do poder aquisitivo da sociedade.

A inflação atingiu valores superiores a 20% no período 1974-1983, tendo neste ultimo ano situando se em 25,5%. Por outro lado, o desemprego numa população ainda abaixo dos 10 milhões salta de 2,1% em 1974 para 5,7% em 1976, atingindo 9,9% em 1986. Período difícil, os sucessivos governos tentam justificar pelo lado externo essa pressões nos preços e no ajuste imposto pelo FMI para salvaguardar a governabilidade do país.

Portugal então se aproximou gradualmente das Comunidades Européias, primeiramente através de um reforço da associação em 1976, posteriormente com o pedido formal de adesão[4] em 1977. As negociações iniciadas a partir de 1978 transcorreram até 1985, quando nesse ano foi assinado o Tratado de Adesão entre o governo de Portugal e a Comunidade Econômica Européia.

Primeiramente, Portugal foi membro da CEE, enquanto a gestação dos tramites alcançaria o ano de 1995, inclusive a transição. A economia mundial dava passos largos em busca da integração e a transformação estrutural econômica avançava para a abertura de setores até então fechados. A partir de 1996 foi o sistema financeiro que permitiu ou protagonizou a criação do Mercado Único, e este por sua vez, consolidou o início do processo de internacionalização inigualável em toda história portuguesa. E não menos importante foi à percepção mais favorável dos investidores estrangeiros sobre as perspectivas de investimentos em Portugal. Os investimentos serviram para melhorar a capacidade produtiva, na intenção de equilibrar a competitividade internacional e estimular as capacidades empresariais locais, sejam de produtos, ou de serviços. A restrição externa da economia um problema que levou Portugal a sofrer intervenção do já citado remédio ortodoxo do FMI em 1978 e 1982, deixou de ser tão expressiva, tendo diminuído em parte pelo beneficio das exportações para a CEE.

[3] A inteligência política de Angola, Moçambique e Guiné Bissau trouxeram de volta um enorme número de portugueses, bem como refugiados que aumentaram significativamente as estatísticas.
[4] A participação na Comissão Trilateral, órgão privado supranacional que se verá adiante dependia deste pedido formal ser aceite pela CEE.

O ingresso nas Comunidades Européias propicia duas ocorrências na história portuguesa: o primeiro e mais importante que foi a consolidação da democracia e junto a isto, ainda houve um ganho de confiança não mensurável em relação aos poucos anos anteriores, em que até o alto clero dizia em suas reuniões com os fiéis para que tivessem paciência que o Ser Divino os salvaria das mazelas. Esta confiança gerou um rápido e promissor investimento em reformas estruturais e modernização do parque industrial econômico para que fossem oxigenados e preparados para a concorrência globalizada.

Portugal ao tornar-se membro fundador da União Econômica e Monetária (UEM), consolida a sua posição na Europa e ganha um estímulo adicional para a reconquista de espaços econômicos nas antigas colônias do império perdido. E após um período de realinhamento interno e consolidação do projeto de adesão à atualmente UE, inicia outro processo, sendo este de formação ou re estabelecimento da riqueza interna que precisava ser implementado.

O comportamento lusitano, que desde 1492 foi ousado, quando buscou um caminho alternativo para as Índias, permitiu que a economia portuguesa que se origina deste processo, tenha lideres que ocupam posições relevantes no aparelho do Estado, isto para proporcionar uma nova proposta muitos anos depois.

Como se demonstrará no tópico seguinte, a dinâmica da economia portuguesa ao longo do período que decorre em 1986 a 2000 se estrutura e cria uma força econômica que consegue com os recursos oriundos dos fundos comunitários levarem à população de Portugal níveis de qualidade de vida, jamais vividos em território nacional.

## 1.3. A Economia Portuguesa e sua Dinâmica

A economia portuguesa sofre inevitavelmente os impactos das transformações políticas e econômicas que ao longo dos últimos 25 anos Portugal atravessa.

Como afirmam Gago *et al*. (1996, p. 362) " toda tradição política reinante em Portugal, o projeto comunitário foi uma ruptura importante em diversos aspectos. A idéia da UE proporcionou à sociedade portuguesa, em curto espaço de tempo, ganhos e desenvolvimento, e a estratégica, ao qual nunca tiveram acesso, com recursos próprios, passaram a tê-los de forma natural e constante".

Ainda que, a UE não possa ser considerada, como uma maneira de resolver os acidentes históricos dos Estados, era para Portugal uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento e quiçá para a modernização do país. As reformas básicas no contexto democrático e a adesão de Portugal foram marcantes e tornou-se a estratégia para não só sobreviver num mundo competitivo, como obter e galgar posições no ranking do continente. Desde a reforma social, às reformas dos demais setores (financeiro, trabalho, consumo, etc.) a que mais trouxe bons resultados foram àquelas voltadas a diminuição do Estado por meio das privatizações. A partir de 1980, Portugal se empenhou entre outras tarefas importantes, em construir uma economia de mercado. E com a revisão Constitucional de 1982, e a alteração da Lei de Delimitação de Sectores, que foram os primeiros passos da abertura e a iniciativa de percepção dos investimentos em setores como foi o bancário. E o Banco Comercial Português – BCP – surge em 1986, como resultado dessa proposição, e outros se seguiram, assim como nos seguros surgirão novas empresas, e em particular, a cimenteira.

Poucos anos mais tarde, com a nova revisão Constitucional de 1989, privilegiou-se a alienação do Estado por empresas nacionalizadas depois de 1974. Esta revisão e a Lei Quadro das Privatizações completaram as regras, os enquadramentos institucionais a fim de todas as formas de privatização de empresas em poder do Estado português. Assim, o setor público empresarial teve sua diminuição percebida com facilidade, e desde o final da década de oitenta, paulatinamente, reduzindo o valor agregado bruto do setor empresarial e o volume de emprego em sua participação.

Em 1988, o valor agregado bruto do setor empresarial do Estado era 19,7% do PIB e o emprego atingia 5,5% do total da população empregada. No final de 1977 o valor agregado

só representava 8% do PIB, enquanto que o emprego era de 2,6% do total da população empregada em Portugal[5].

Neste período um grande número de empresas é privatizado, com a alienação das participações do Estado. Destaque especial para as empresas do setor bancário e securitário, assim como nas telecomunicações, o elétrico e por fim o cimenteiro.

Várias formas são possíveis para que se façam as privatizações, como por exemplo, a oferta pública, venda direta, entre outros, porém a estratégia portuguesa foi utilizar a Bolsa de Valores para que não só houvesse a transparência dos pleitos, como também promover a captação de investimentos pela mesma, principalmente aos populares, tecnicamente chamado de pessoa física.

Com a disseminação do capital das empresas e o desenvolvimento do mercado de capitais, a privatização foi importante, e também o modo institucional escolhido, e a sociedade estão colhendo os benefícios da sua realização. E em 1998 as empresas privatizadas representavam 58% do total da capitalização Bolsa de Valores de Lisboa. Por outro lado, a Portugal Telecomunicações - PT e a Eletricidade de Portugal – EDP, como é de conhecimento, estes aproveitavam que a demanda era muito superior à oferta para aumentarem capitalização mediante o lançamento de novas ações.

> "Nas utilities, e em particular no sector eléctrico, a EDP será confrontada com o aumento da concorrência, num mercado cuja abertura ainda não foi verdadeiramente sentido através da produção de operadores privados internos, nem sequer da oferta de energia eléctrica estrangeira. Isto é, as mudanças que virão a ser sentidas no próximo ano pelas 10 empresas com maior capitalização serão porventura mais radicais que todas as que ocorreram durante os últimos cinco anos. E a verdade é que as alterações operadas ao longo dos últimos cinco anos nas 10 empresas com maior capitalização bolsista também já foram bastante grandes. Recorda-se que, no final de 1995, o Banco Português do Atlântico (BPA) detinha o maior valor de mercado entre as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, com 232 milhões de contos. Ora, em Julho de 1999, o BPA caiu para o décimo lugar do mesmo ranking, com 355 milhões de contos. Em

[5] Ministério das Finanças 2000. DGEP

> contrapartida, a PT, que em Dezembro de 1995 se remetia a quinta maior capitalização, com 146 milhões de contos, em Julho de 1999 consolidou inequivocamente a liderança dos valores cotados, ascendendo a 1507 milhões de contos, mais do que todas as 10 maiores empresas apresentaram no final de 1995". (FERREIRA, 1999)

Ao Estado coube uma quantidade de recursos, de acordo o quadro seguinte, parte da qual foi usada para liquidação de dívida pública.

**Tabela 1 – Receitas das privatizações de 1991/1998**

| | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em US$ bilhões | 1,2 | 2,3 | 0,5 | 1,1 | 2,4 | 3,1 | 4,9 | 4,2 |
| Em % do PIB | 1,5 | 2,5 | 0,6 | 1,3 | 2,3 | 2,8 | 4,9 | 4,0 |
| Amortização de dívida em % do PIB | 0,5 | 1,6 | 0,4 | 0,2 | 0,8 | 1,7 | 3,6 | 1,5 |

Fonte: Ministério das Finanças (1999)

Mas, mais do que recursos financeiros para abatimento da divida e a realização de investimentos, seguindo a rigor o que estava definido em Lei, o processo chama a atenção para o modo como o Estado português sai do capital de suas empresas, pois a última parcela de ações só é vendida depois que os Estatutos da empresa é firmado, objetivando segurança e transparência.

Os interesses estratégicos nacionais representam o poder do Estado, de articular seus principais grupos para defender uma oferta hostil (*take over*) de uma empresa concorrente. Esta realização é o que se denomina de "blindagem" na linguagem corrente da empresa portuguesa. Ao inserir estas determinações que são a materialização da *golden share*, os Estatutos da Portugal Telecom asseguram privilégios ao estado português que lhe permite continuar definindo ações, mesmo que em ainda em conjunto com os demais acionistas, mas salvaguardado os interesses nacionais.

Pela clareza e limitação que estes artigos dos Estatutos desta empresa, entende-se primeiro, que o Governo de Portugal não só tem o conhecimento, como está subjacente a todo o processo da internacionalização da mesma. A ele cabe o direito de definição de políticas de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações. Dessa proposição poderia se afirmar que a PT ao dar um lance no Leilão do Sistema Telebrás em Julho de 1998 no valor de US$ 3,1 bilhões, somente o fez por ter a "autorização" do governo português descrita na estratégia de internacionalização de suas empresas. Foi até agora o lance mais ousado, e de longe a maior operação de aquisição realizada no exterior, por uma empresa portuguesa.

O que é imperativo nessas situações evidenciadas, é que está se propondo uma linha de exemplificação do momento das empresas portuguesas frente as dificuldades enfrentadas no passado e as novas condições a que estão vivenciando nas estratégias governamentais. Mas como poderia um país moribundo no meio da década de setenta, repentinamente fazer aposta tão grande e tendo sempre algum risco embutido? Para tanto há que compreender a economia portuguesa e sua dinâmica pós 1986.

A população portuguesa continua apresentando um lento crescimento em função de todos os conflitos internos ao longo da década de setenta e oitenta. Dos 8,5 milhões em 1950 há estimativa recente de pouco mais de 10 milhões de habitantes em 2001, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), é perceptível um crescimento vegetativo, o que corresponde a 0,3% ao ano. Como pode-se verificar nos dados do Instituto Nacional de Estatística – INE[6].

A entrada de recursos da UE desde 1986 foi talvez um aspecto que em face do baixo crescimento populacional produziu um efeito renda importante para a maioria da população, dado que caso o crescimento populacional fosse a taxas mais elevadas os benefícios seriam divididos por um universo maior e talvez não fossem tão sentidos. Ainda que não se apresentem os fluxos financeiros com a União Européia de 1986 a 1989, a tabela que se apresenta a seguir, permite demonstrar a significativa entrada de recursos no país nos anos

[6] http://www.dpp.pt/pages/files/converg.pdf

mais recente. Em termo de percentual do PIB, o saldo do fluxo financeiro entre UE e Portugal representa um valor médio 2,5% do PIB português no período de 1900 a 2000[7].

A remessa dos emigrantes é outra fonte de recursos externos que Portugal amealha desde os anos sessenta. Os emigrantes fornecem ao país transferências correntes entre US$ 2,5 a US$ 3,2 bilhões/ano, e o que se tem revelado importantíssimo para que o resultado final das contas externas não apresente uma deterioração mais acentuada. Na tabela a seguir pode-se medir o peso deste contributo associado ao da UE para mensurar a importância destes fundos nas contas externas para o ajuste econômico que Portugal tem vindo a sofrer nos últimos 15 anos.

**Tabela 2 – Remessa de Emigrantes e Saldos Líquidos com a UE (1990/2000)**

| Anos | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 P |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo L. Transf. UE | 1,2 | 1,5 | 3,2 | 3,4 | 1,8 | 3,2 | 2,9 | 2,9 | 2,8 | 2,7 | 1,9 |
| Remessas Emigrantes | 6,0 | 5,7 | 4,8 | 4,5 | 4,1 | 3,6 | 3,3 | 3,2 | 3,1 | 3,0 | 2,8 |
| Total % do PIB | 7,2 | 7,2 | 8,0 | 7,9 | 5,9 | 6,8 | 6,2 | 6,1 | 5,9 | 5,7 | 4,7 |

Fonte: Ministério das Finanças e Banco Portugal

O impacto destes fluxos tem um enorme efeito na economia de Portugal. Mais renda reflete-se em mais consumo e poupança, que origina novos investimentos e assim sucessivamente vai alimentando o clico econômico. O resultado pode-se notar com maior ênfase no indicador substancial que é a renda *per capita* da população portuguesa. O sucesso da integração de Portugal à hoje União Européia, pode ser medido pela convergência da renda[8] por meio da Paridade do Poder de Compra (PPC) entre os demais integrantes do referido mercado Europeu. O próximo quadro expõe o comparativo antes e depois da adesão, de maneira a permitir visualizar o caminho percorrido por Portugal.

[7] *Op Cit*

[8] A convergência de renda e resultante de uma média que o pais tem ao entrar para o mercado comunitário e de quanto é o *gap* (diferença) em relação à média européia. Daí se faz uma estimativa de quando deverá ser o crescimento econômico para que a renda cresça de maneira a recuperar essa diferença de renda, para que no mercado não se tenham os países muito heterogêneos e com disparidades elevadas. Para buscar essa convergência que são criados os fundos comunitários muitos deles a fundo perdido.

**Tabela 3 – Principais Indicadores Econômicos de Portugal e da UE 1986/2000**

| | **PIB (t.c.r.)** | | **Investimento (t.c.r.)** | | **Procura Interna (t.c.r.)** | | **Taxa de Desemprego (%)** | | **Inflação (%)** | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | UE | Portugal | UE | Portugal | UE | Portugal | UE | Portugal | UE |
| 1986 | 4,1 | 2,9 | 10,9 | 4,0 | 6,8 | 3,9 | 8,6 | 10,4 | 11,8 | 3,6 |
| 1987 | 6,4 | 2,9 | 18,0 | 5,6 | 9,9 | 3,9 | 7,1 | 10,1 | 9,4 | 3,2 |
| 1988 | 4,9 | 4,2 | 10,5 | 8,6 | 8,5 | 4,8 | 5,8 | 9,4 | 9,7 | 3,5 |
| 1989 | 4,9 | 3,5 | 4,8 | 7,1 | 3,0 | 3,7 | 5,1 | 8,5 | 12,6 | 5,1 |
| 1990 | 4,8 | 3,0 | 7,1 | 3,8 | 6,3 | 2,9 | 4,7 | 7,9 | 13,4 | 5,5 |
| 1991 | 2,3 | 1,6 | 2,9 | -0,3 | 4,3 | 1,4 | 4,1 | 8,4 | 11,4 | 5,0 |
| 1992 | 1,9 | 1,0 | 4,6 | -1,0 | 4,6 | 1,0 | 4,2 | 9,6 | 8,9 | 4,4 |
| 1993 | -1,4 | -0,6 | -6,2 | -6,4 | -2,1 | -1,8 | 5,5 | 11,1 | 6,5 | 3,5 |
| 1994 | 2,4 | 2,9 | 3,4 | 2,4 | 3,1 | 2,6 | 6,9 | 11,3 | 5,2 | 3,0 |
| 1995 | 2,9 | 2,5 | 4,6 | 3,6 | 2,6 | 2,1 | 7,2 | 10,8 | 4,1 | 2,5 |
| 1996 | 3,7 | 1,8 | 6,3 | 1,3 | 3,3 | 1,4 | 7,3 | 10,9 | 3,1 | 2,0 |
| 1997 | 3,8 | 2,2 | 14,4 | 2,3 | 5,5 | 2,3 | 6,7 | 10,7 | 3,2 | 1,1 |
| 1998 | 4,0 | 2,7 | 9,8 | 4,5 | 6,5 | 2,8 | 5,0 | 10,2 | 2,8 | 1,8 |
| 1999 | 3,1 | 2,3 | 6,3 | 4,9 | 4,2 | 2,5 | 4,4 | 9,2 | 2,2 | 1,2 |
| 2000 | 3,3 | 3,4 | 5,0 | 4,2 | 3,4 | 2,2 | 4,0 | 8,4 | 2,9 | 2,1 |

Fonte: Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Estatística,

t.c.r - taxa crescimento real

A economia portuguesa tem crescido desde 1986 acima do crescimento da UE o que lhe tem permitido convergir para a média européia. Alguns fatores têm sido decisivos como se evidencia no quadro anterior: a queda da inflação, a redução da taxa de desemprego, o aumento da procura interna e do investimento.

No que se refere à convergência até agora alcançada por Portugal pode-se afirmar que: após 1974 a economia portuguesa pode-se caracterizar por dois ciclos econômicos completos: entre 1975 e 1985 e, entre 1986 e 1994. Estaria vivendo presentemente outro ciclo incompleto que se iniciou em 1995 e parece começar a perder o dinamismo (LUÍS, 2001, 57)

No primeiro ciclo entre 1976 e 1985 a taxa de crescimento média real do PIB foi de 3,9% em Portugal se comparado com a então CEE que atingiu 2%. No ciclo seguinte o diferencial entre as taxas médias de crescimento em Portugal e na atual UE subiu ligeiramente, tendo o ritmo médio de crescimento real sido de 4,5% e 2,3% respectivamente. No período de 1995 a 2000, de acordo com as estimativas do Banco de Portugal e da Comissão Européia, Portugal deverá crescer em média 3,5%, enquanto a UE registrará uma taxa de crescimento medial real de 2,5%. (LUÍS, 2001, 57).

Este é resultado de uma dupla situação: aumento do rendimento disponível das famílias e da redução das taxas de juros. O componente da procura interna é que mais tem contribuído para o crescimento do PIB, no entanto diante da competitividade portuguesa em queda tem aumentado o déficit comercial de Portugal.

Portugal é um país onde a componente do comércio externo no PIB sempre foi grande, como se poderá verificar na tabela a seguir.

**Tabela 4 – Peso do Comércio Externo no PIB (1987/2000)**

| Ano | 1987 | 1989 | 1990 | 1992 | 1994 | 1995 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Exportações * | 30,9 | 34,4 | 34,0 | 28,6 | 29,1 | 30,2 | 30,4 | 30,7 | 29,6 | 31,4 |
| Importações * | 35,2 | 40,8 | 41,3 | 36,7 | 36,6 | 36,4 | 38,2 | 39,9 | 40,4 | 43,8 |

Fonte: INE; DGEP. Economia Portuguesa: Inovação e Competitividade (Abril 2001)

Historicamente é deficitária a balança comercial portuguesa, mas o que se ressalta, é que nos últimos anos, enquanto o percentual de exportações comporta-se relativamente constante, se comparado com o PIB, já as importações aumentaram de 35% para 43,8%. Este elevado coeficiente de abertura da economia pode explicar o crônico déficit comercial. Não se deve deixar de considerar que essa deterioração em 2000 pode ser explicada pelo aumento dos preços do barril de petróleo, haja vista a dependência portuguesa deste insumo.

No quadro a seguir tem-se uma análise de uma série longa de dados da exposição internacional da economia portuguesa, onde se compara além desta, a abertura e direitos aduaneiros ao longo de quase meio século. Ao estar inserido no Mercado Único as relações de troca tornam-se maiores nos dois sentidos. Como Portugal é dependente de tecnologia de ponta é evidente que o valor agregado das exportações não cobre o valor importações.

**Tabela 5 – Indicadores de abertura e exposição internacional de Portugal (1953/1998)**

| | 1953-59 | 1960-69 | 1970-79 | 1980-89 | 1990-96 | 1998 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Abertura (1) | 36,4 | 44,8 | 49,4 | 68,5 | 64,0 | 70,6 |
| Exposição (2) | 32,0 | 35,8 | 39,3 | 50,4 | 50,0 (4) | 58,3 |
| Direitos aduaneiros (3) | 13,2 | 11,0 | 6,9 | 2,7 | 1,1 | 0,6 |

Fonte: Banco de Portugal, Séries Históricas; INE; DGEP

(1) Exportações mais importações como % do PIB;
(2) X/Y + (1-X/Y)* M/D, sendo X – Exportações, Y – PIB, M – Importações e D Procura interna;
(3) Direitos aduaneiros em % das importações de bens;
(4) 1990-95

Efetivamente a abertura econômica de Portugal atingiu níveis muito significativos. Esta pode explicar algumas características importantes para o país, como o aumento do comércio intra-indústria. Talvez este possa ser explicado pelo grande volume de investimento estrangeiro direto que Portugal recebe no período de 1986 em diante, como pode-se notar na tabela a seguir:

**Tabela 6 – Comércio intra-industrial na indústria portuguesa (1983/1998)**

| Em Milhões de Euros | 1983-85 | 1986-90 | 1991-95 | 1998 |
|---|---|---|---|---|
| Setores industriais tradicionais (1) | 35,8 | 58,6 | 69,0 | 77,9 |
| Minérios | 45,8 | 65,0 | 67,0 | 61,2 |
| Maquinaria | 43,6 | 55,9 | 58,7 | 65,9 |
| Alimentares | 40,6 | 60,5 | 53,4 | 54,0 |
| Químicas | 40,1 | 55,8 | 48,7 | 51,0 |
| Material de Transporte | 33,3 | 50,1 | 45,0 | 80,5 |
| Energia | 12,8 | 28,2 | 37,5 | 32,1 |

Fonte: Ministério das Finanças (2000); DGEP.

(1) Madeira, cortiça, papel, curtume, couro, têxteis, vestuário e calçado.

A convergência na taxa de juros praticada reduzindo o diferencial em relação à média da UE foi outro apoio importante.

O declínio da taxa de juros como se poderá ver no quadro a seguir, associado ao forte acréscimo da concorrência no setor bancário resultante da liberalização dos mercados financeiros conduziu a uma rápida expansão do crédito.

**Tabela 7 – Taxa de Juros Nominais de Longo Prazo (1986 a 2000)**

| | 1986 | 1991 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Portugal | 18,8 | 17,2 | 11,1 | 8,2 | 6,8 | 5,6 | 4,1 | 5,6 | 5,3 |
| Alemanha | 6,3 | 8,7 | 6,5 | 6,9 | 5,8 | 5,3 | 3,9 | 5,5 | 4,9 |
| Diferencial* | 1250 | 850 | 460 | 130 | 106 | 28 | 28 | 9 | 39 |

Fonte: Comissão Européia e Instituto Monetário Europeu

* pontos base

A redução do diferencial entre a taxa de juro interna e externa atingiu valores dos quais não se tem conhecimento nos tempos mais recentes. Concomitantemente o índice de preços ao consumidor apresentou queda no período em análise, o que significa uma redução substancial em termos de taxa de juro real. Em 1986 a taxa de juros real praticada em Portugal seria de 7% tendo vindo a reduzir-se para 2000 e situar-se em 2,4%.

A adesão de Portugal ao Sistema Monetário Europeu – SME – em Abril de 1992 tem a sua cota-parte em todo o processo, pois a redução do risco cambial foi reduzida significativamente, passando o Escudo a operar no sistema de bandas com 6% de flutuação permitida.

Progressivamente criaram-se as condições para a economia ter acesso ao mercado de capitais europeus com menos restrições.

> "Esta situação decorre, essencialmente, por Portugal estar inserido no espaço comunitário a ser um dos países que aderiu primeiramente à terceira fase da União Econômica e Monetária. A economia portuguesa que já tinha sofrido o impacto da liberalização dos movimentos de capitais entre 1º de Julho de 1190 e 31 de Dezembro de 1993 e estava inserida com os demais Estados membros no reforço da coordenação de políticas econômicas, aderiu em 1º de Janeiro de 1999 a fase da moeda única" (SILVA, 1997, 19).

A convergência de câmbio, preços e taxa de juros, aliada à disciplina das finanças públicas foi o caminho percorrido por Portugal para alcançar o objetivo, que era participar desde o primeiro momento da Moeda Única.

Franco (2001) afirma que "ao estar dentro da zona econômica que está sob a coordenação macroeconômica do Banco Central Europeu, Portugal tem maior acesso aos mercados financeiros pan-europeus e as suas empresas podem converter a riqueza gerada em moeda forte que é o Euro". Esta poderá ser uma das razões da facilidade com que as empresas no período posterior a 1995 avançam com significativa pujança no exterior.

Não fossem alguns impactos negativos nos setores agrícolas e de pescas que atingiram a economia portuguesa, onde a queda do produto e da população empregada[9] rapidamente reduziu-se, no período pós-adesão à Comunidade, poder-se-ia afirmar que tudo tem sido muito favorável para Portugal. Os indicadores em geral são positivos e somente assim se compreenderá o pragmatismo das empresas portuguesas. O avanço do capitalismo português pelo mundo é resultado do acumular de benefícios de todo o processo que a integração européia proporciona, na maioria dos setores da economia.

Todavia a restrição externa que tinha sido aliviada com a adesão, volta final dos anos noventa a criar alguns embaraçados como se pode ver pelo comentário do Coordenador do Banco de Portugal no Boletim Econômico de Maio de 2000. Apesar do crescimento médio acima da UE o dinamismo econômico sustenta-se em cima de importações e de capitais externos captados pela banca portuguesa que se refletem no Balanço de Pagamentos:

> "Esses sinais positivos não invalidam alguns fatores de preocupação sobre a sustentabilidade do recente padrão de crescimento da economia: em primeiro lugar, o elevado endividamento dos agentes econômicos, refletido no agravamento do déficit do balanço de transações concorrentes para 6,6% do PIB em 1999 e para 8,5% a 9,5% neste ano. Em segundo lugar a necessidade de inflectir o padrão de consolidação orçamental no sentido de o basear em contenção de despesas para evitar o aumento de carga fiscal". (BANCO DE PORTUGAL, 2000).

Uma análise do grau de endividamento das famílias denota que entre 1991 e 1999, este aumentou de 43,6% para 88,1% do seu rendimento disponível. Ainda que os encargos com juros tenham diminuído de 4,8% para 3,5% no mesmo período, é notória a situação de estrangulamento dos orçamentos familiares com a subida das taxas de juros que ocorreram após Setembro de 1999 (BANCO DE PORTUGAL, 2000).

No que se refere às empresas, elas aproveitaram a redução de juros ocorrida ao longo da década e expandiram os seus negócios, o que em certa medida foi uma decisão acertada, sob pena de serem incorporados pelos concorrentes.

[9] Entre 1986 e 1995 a população ativa na agricultura tinha caído de 21,6% para 11,4%, segundo dados do INE.

Ao discorrer sob a concentração empresarial que ocorre em certos setores, Azevedo (2000, p. 27) mostra como foi importante ousar. Pertencendo ao setor de distribuição, o presidente do grupo Sonae alertava que os dois principais operadores neste segmento operando em Portugal são controlados por capitais nacionais e: "que mantêm em Portugal o seu centro estratégico de decisão". Por outro lado ao entrar na Unidade Econômica Monetária – UEM – o comércio com os demais países da zona do Euro é feito em moeda nacional e ele representa dois terços do comercio externo português, assim o governo português não precisa constituir reservas para proceder aos pagamentos ao exterior e, logo, de manter o equilíbrio na balança de mercadorias.

Uma apresentação do Balanço de Pagamento em termos de percentuais do PIB é aqui inserida para ilustrar estas condições.

**Tabela 8 – Balança Corrente e de Capital de Portugal 1996-2000 (% do PIB)**

| | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000(P) |
|---|---|---|---|---|---|
| Balança Corrente + Balança Capital | -2,1 | -3,2 | -4,7 | -6,2 | -8,5 |
| | | | | | |
| Balança Corrente | -4,2 | -5,7 | -6,9 | -8,3 | -9,9 |
| Mercadorias | -8,6 | -9,8 | -11,3 | -11,9 | -13,3 |
| Serviços | 1,3 | 1,3 | 1,5 | 1,5 | 1,7 |
| Rendimentos | -0,9 | -0,4 | -0,5 | -1,3 | -1,5 |
| Transferências Correntes | 4,0 | 3,2 | 3,4 | 3,4 | 3,2 |
| | | | | | |
| Balança de Capital | 2,1 | 2,5 | 2,2 | 2,1 | 1,4 |
| Transferências Públicas | 2,1 | 2,5 | 2,2 | 2,1 | 1,4 |

Fonte: Banco de Portugal. Anuário Estatístico 2001
De acordo com a 5ª revisão do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI
(p) Valores provisórios

Segundo relatório do Banco de Portugal (2000) anteriormente referido, o nível de endividamento das empresas em 1999 atingiu 71% do PIB português. A facilidade com que

os bancos nacionais captaram recursos no mercado externo para emprestar as pessoas residentes no espaço geográfico nacional, explicará em geral o grau de endividamento da banca portuguesa.

Os problemas chegarão em longo prazo, pois com o alto endividamento das famílias e das empresas tem reduzido a competitividade da economia e provocando um desequilíbrio entre a oferta e a demanda agregada, que se traduz num aumento da inflação acima da média dos países da União Européia as zona do Euro.

A entrada de capital na forma de financiamento, utilizado no crédito à habitação, na sua grande maioria, alterou radicalmente o perfil de ativos líquidos sobre o exterior dos bancos em Portugal. Como se pode verificar no quadro seguinte de credores líquidos os bancos portugueses tornaram-se devedores no que tange a ativos líquidos sobre o exterior.

**Tabela 9 – Endividamento externo líquidos da banca portuguesa 1997/2000 (milhões de Euros)**

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---|---|---|---|---|
| 1. Ativos sobre não residentes | 43.951 | 46.975 | 48.153 | 56.676 |
| 2. Passivos para com não residentes | 38.645 | 48.721 | 57.628 | 78.365 |
| 3. Ativos líquidos sobre o exterior (1-2) | 5.306 | -1,746 | -9.475 | -21.869 |
| Em percentagem do PIB | 5,70% | -1,70% | -8,90% | -19,30% |

Fonte: Banco de Portugal (2001) Boletim Estatístico Fevereiro 2001.

Este quadro real da economia portuguesa é o resultado de um projeto político e econômico que está na base da expansão capitalista de Portugal no final do século XX o que implica o *boom* de investimentos de empresas portuguesas no Brasil e em outros países com ligações históricas com a pátria de pero Vaz de Caminha.

## 1.4. As Instituições e os programas de Apoio à Internacionalização

A democratização da sociedade portuguesa, a adesão a UE e a barganha conquistada pelo Estado português, fruto da renegociação da sua posição no sistema mundial, tanto no plano político como no plano econômico, foram elementos dinâmicos que deram enorme aceleração ao desenvolvimento social e econômico de Portugal.

A nova Política de Internacionalização é o resultado final do conjunto de articulações das classes ou fração de classe hegemônica: desde as necessárias negociações no espaço externo através da diplomacia, passando pela convergência de recursos financeiros necessários para o avanço material dessa ação, até à institucionalização de aparelhos de Estados que apóiam o processo, mediante legislação específica.

Esta política só realça a ação do Estado que depois de ser um precursor da internacionalização do capital produtivo português[10] cria instrumentos para novos empreendedores aventurarem-se na internacionalização.

No bojo dos substanciais recursos financeiros que Portugal começa a receber a partir de 1986, oriundos da UE para promover a reestruturação do país e o desenvolvimento econômico, visando à redução de diferenças entre este e os demais membros comunitários, há disponibilidade financeira para as "pequenas empresas[11]" se estruturarem internamente, e a buscarem capacidade competitiva.

Dois aspectos relevantes são perceptíveis e deverão ser destacados: o país tem mecanismos nacionais dentro de uma política de medidas de apoio da internacionalização das empresas.

[10] A CIMPOR chegou ao Brasil em 1997, onde o Estado detinha ainda uma participação de 35%.

[11] Uma pequena comparação das empresas portuguesas com as demais dos países que compõe a UE deixaria Portugal na cauda do grupo. Ainda que nos anos sessenta, o conglomerado da Companhia União Fabril (CUF) que reunia mais de 100 companhias era a maior da Península Ibérica, a revolução política na década de setenta, dizimou esses grupos, dividindo-os ou simplesmente pela transferência antecipada para fora de Portugal no período que o regime dava sinais de fragilidade e ruptura institucional. Assim as principais empresas portuguesas tornaram-se anãs comparativamente com os grandes grupos nacionais da Itália, França, Alemanha, Inglaterra, e etc.

Diversos programas de apoio, com recursos sem custo financeiro são então o começo desta longa aventura da internacionalização dos grupos portugueses. Os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) têm uma modalidade de recursos para projetos com enquadramento no Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP).

Este tipo de recursos acima referido visava a capacitar os gestores industriais e seus quadros técnicos, e equipar as indústrias, de modo que se tornassem mais competitivas e pudessem no futuro gerar exportações, uma vez que a lógica da adesão à CEE, preconizava uma reestruturação do parque produtivo, como um todo para suportar o choque de competição anunciado com a liberação comercial.

Todavia, os setores da agricultura e da pesca[12] estavam destinados a não desaparecerem, reduzirem-se significativamente, dada à perda de capacidade de negociar por parte de Portugal no meio de interlocutores mais fortes.

Ainda que, num primeiro momento houvesse a disponibilidade de recursos financeiros e até mesmo a vontade política do governo para que as empresas aderissem à internacionalização, foi tímida a procura pelos mesmos. No entanto, não poderá deixar de se referir o quadro conjuntural de recessão da economia mundial 1992/94, que talvez justificasse o ocorrido.

Mas tão logo, a retomada econômica foi sentida, é evidente, há uma notória resposta do mundo empresarial português e começa o *boom* de investimentos diretos de Portugal no exterior, em especial no Brasil.

A ilustração da dimensão política e econômica dada ao assunto, é a implementação pelo Governo de Portugal de políticas pró-ativas de investimento externo, por meio de

[12] É interessante recordar que a Groelândia, como afirma Valério (1997:114), após ter feito parte da Comunidade Econômica Européia retirou-se desta, dado o desejo de se manter à margem de principio da gestão comum dos recursos pesqueiros que avançava nesta.

enquadramentos institucionais com a criação do Centro de Apoio ao Investidor, do Fundo de Reestruturação e Internacionalização Empresarial (FRIE), além dos mecanismos comunitários no qual se enquadra o Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas (PAIEP).

O ICEP[13] destaca a importância da internacionalização das empresas portuguesas, no contexto do mercado global, afirmando que a mesma continuará a ser reconhecida e apoiada, como fator estratégico do desenvolvimento da economia portuguesa.

Simultaneamente, as grandes empresas, caso da Portugal Telecom, ainda sob o controle do estado português, iniciam o processo de privatização. Algumas aproveitaram a demanda no mercado de capitais português, para aumentarem o capital e deste modo capitalizando-se para avançarem no processo de internacionalização.

Há uma ordem direta de conquistar novos espaços econômicos, até como uma solução de sobrevivência, em face da feroz concorrência capitalista que avança no espaço europeu, diante das diversas fusões e incorporações de empresas, e de alguns setores específicos maduros e que o ganho de escala é um diferencial significativo para competir com os gigantes mundiais.

O resultado prático desta conjunção de "esforço" e estratégica dos diversos parceiros sociais e o governo é a elaboração da Nova Política de Internacionalização, em 1997, no bojo do qual o governo estrutura em conjunto com parceiros privados, um fundo de apoio financeiro à internacionalização, como Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas (FIEP).

A estrutura institucional, que o governo de Portugal preparou, é digna de justificar alguns traços desta internacionalização. Não pelo volume de recursos disponibilizados em comum pelas instituições financeiras no âmbito de FIEP, mas surpreendentemente, pela ação

[13] Este órgão entre outras atribuições é o interlocutor de Portugal no CDE (Centro para o Desenvolvimento da Empresa), representado o mesmo em Portugal, com o qual mantém um Acordo de Cooperação desde 1987.

decisiva do governo no campo diplomático que coloca na pauta das negociações com o Brasil um Acordo para evitar a bi-tributação, entre outras medidas, como exemplo do pragmatismo institucional que atenda as necessidades de reprodução do capital.

Ainda que na lei o mesmo seja referido com supletivo[14] é significativo a montagem da estrutura de apoio, visando assegurar uma melhor coordenação dos projetos, através da colaboração sistemática com outros organismos, que têm a seu cargo a gestão de instrumentos de apoio à internacionalização.

Para reforçar o apoio aos investidores portugueses, o ICEP, estrutura Centros de apoio aos Investidores Portugueses, nas delegações daqueles órgãos nos países, Espanha e Brasil. Projetos pilotos, esses centro têm o objetivo de proporcionar o apoio local aos investidores, desde a fase de preparação do investimento até à constituição da empresa e à introdução daqueles em redes de contatos formais e informais que ajudem e facilitem os processos de investimento. Em resumo, desde a prospecção de negócios até a sua implantação há um aparato institucional de apoio técnico e em alguns casos financeiro para a internacionalização.

As grandes empresas portuguesas, a PT, a CIMPOR e a EDP, nas quais o governo português detinha posição acionista majoritária, ao avançarem como precursoras garantiram a criação do ambiente inicial às pequenas e médias empresas, tendo a certeza, de um mercado inicial de negócios para estas. A articulação política e econômica continua sendo salvaguardada, sendo que este movimento continua a apoiar e contemplar no âmbito institucional, com o Programa Operacional para a Economia[15] (POE) para o período 2000-2006, o qual integra medidas especificas que favorecem estratégias inovadoras e competitivas visando a internacionalização das empresas, tudo isto promovido pelo Ministério do Planejamento de Portugal.

[14] A idéia de supletivo é dar ao Estado uma maior integração dos seus diversos órgãos de apoio, para que o mesmo processo de internacionalização obedeça a um maior domínio referido, de modo a que os agentes envolvidos possam atuar com seletividade e capacidade de cooperação e parceria, buscando uma maior eficiência.

[15] O POE é um programa que está integrado dentro do III QCA. Tem como objetivo macroeconômico prioritariamente reforçar a produtividade e competitividade das empresas no contexto do mercado global.

## Capítulo 2. A Mobilidade Globalizada

A ideia central deste capítulo é colocar em discussão as conseqüências do fenômeno da Globalização na nova Ordem Mundial, aquelas que trouxeram ganhos em relação a transferência de conhecimentos e disseminação de tecnologias, assim como as que podem ser classificadas como maléficas, pelo fato de ter criado, ou recriado, uma nova distribuição de poderes, em relação as novas realidades geo-histórica que agora passou a ser uma sociedade global.

Creio que o melhor seja iniciar pelo conceito, que será mais a frente pormenorizado e exemplificado.

> "A globalização tem sido vista, de maneira muito simplificada, como simples abertura de fronteiras e geração de espaço mundial comum. Nosso pequeno mundo se encolheu dramaticamente nas últimas décadas, e qualquer ponto do planeta está a nosso alcance, através do teclado do telefone ou do computador, ou da tela da televisão."(DOWBOR, IANNI, RESENDE, 1999, 7).

Ainda nesta esteira Ianni (1999, p.18) diz que "está em causa a crise de princípio da soberania nacional. Ao intensificarem e generalizarem as injunções "externas", as condições e as possibilidades de soberania alteram-se, redefinam-se e também reduzem-se"

> "dois ângulos, podemos abordar o tema da globalização: ou nos referimos ao ponto de chegada do desenvolvimento acelerado, em que se consolida o processo da modernidade enquanto totalidade fechada, desencadeada a partir do século XVI, ou é o momento de ruptura, momento crítico de transformação mais ou menos significativa da contemporaneidade, na direção de totalidades abertas, contrastantes com o que ocorreu antes." (RESENDE, 1999, 29)

Enquanto nos apoiamos nas questões geográficas e territoriais, pode se dizer que este processo não é tão difícil de entender, porém quando entramos nas repercussões, principalmente daquelas que afetam a pessoa, este processo tem uma tendência de ser maléfico, ou no mínimo não interessante de convivência.

> "Hoje em dia, com a globalização e a formação de grandes blocos, assiste-se a um êxodo populacional intenso, onde magrevinos procuram emprego na França, turcos na Alemanha, latinos-americanos nos Estados Unidos, albaneses na Itália e assim por diante. O estrangeiro deixou de ser o outro absoluto que vive do outro lado do oceano ou atrás de fronteiras intransponíveis e se tornou um vizinho, o que explica o recrudescimento do racismo nesses países, sob a forma do crescimento dos movimentos fascistas e neonazistas. Ao ter que conviver com esse estrangeiro, transformado em vizinho, percebe-se quão difícil é reconhecê-lo como próximo, e amá-lo como a si mesmo. O que antes fosse, talvez, possível devido a distância, torna-se quase que impossível à proximidade, que faz com que se acabe por imputar a esse outro um gozo excessivo, acusando-o de querer estragar nosso modo de vida". (KOLTAR, 1999, 73).

Um outro processo que é motivo de investigação, por isso importante, aos olhos deste autor, são os fatores voltados a criação ou recriação das identidades, torna-se aspecto de sobrevivência e equilíbrio para os migrantes, em qualquer parte do mundo.

> "No processo de reestruturação identitária em que o imigrante se reconstrói ente o mundo que deixou e o mundo que o envolve, podem surgir tensões em etapas distintas do ciclo migratório e por razões diferentes, do gênero à cor e à atividade profissional [...] No plano do relacionamento que prevalecem as principais dificuldades, sobretudo como obstáculo a uma aproximação entre pessoas. As causas são atribuídas ao temperamento reservado e, no pior dos casos, preconceituoso dos portugueses". Assim o testemunham migrantes recentes e antigos". Vide Anexo C (BOAS, 2006, 277)

Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo no ano de 1994, com empresas multinacionais, que juntas, somaram faturamentos na ordem de 1,5 trilhão de dólares, que é superior ao Produto Interno Bruto de muitos países. Isto se dá pelo fato de que possuem algumas facilidades, e principalmente, pelo amplo investimento nos estudos logísticos e nas comunicações, que podem fazer uso de um planeta para conseguirem seus insumos e matérias primas de forma mais econômica e com melhores desempenhos, inclusive em áreas fiscais e/ou operacionais.

Em sendo assim, o que pode se observar, é que está ocorrendo uma transferência de postos de trabalho, em que quando eram praticados nos países desenvolvidos, os valores desembolsados e todos os benefícios inerentes, levavam a um custo alto e que desembocava em altos valores de produção, e com este fenômeno adotado, os salários diminuíram fortemente e as condições de execução destes passam a ser em países subdesenvolvidos ou assemelhados, sem que haja os critérios anteriormente definidos nesta questão. O resultado deste processo, como relata Alcoforado (1997) é "Um automóvel de marca alemã pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado nos Estados Unidos, montado no Brasil e vendido na Argentina"

## 2.1. Empregabilidade Afetada

De acordo com Santos (1997), "o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares".

Com esta citação ele explica que as pessoas, que até então tinha um papel fundamental e indispensável, enquanto individualidades e passa a ser coadjuvantes no processo produtivo, aceitando as mudanças nos campos econômicos, políticos e sociais, enfatizando o mercado. O autor ainda afirma que "este processo transforma o cidadão em consumidor e a cooperação no trabalho em competitividade e liberdade dos povos em dominação".

O que parece cabível pensar e descrever após a pesquisa realizada, é que com o grande processo de Globalização instaurado, as economias que estavam em processo de acomodação, ou zona de conforto, elas perderam em competitividade e consequentemente as empresas também perderam suas performances, ou vice-versa, enquanto outras que buscavam a modernização e acabaram por se destacar dentre os seus antigos concorrentes.

> "Os Estados nacionais estão em questão, particularmente no que diz respeito à eficácia de suas políticas econômicas, em virtude da Globalização da economia capitalista, embora presenciemos um recrudescimento dos movimentos nacionalistas. A soberania dos

> estados estaria ameaçada por serem crescentes os problemas enfrentados para controlar de forma eficaz as suas economias. Este diagnóstico aparece de maneira cada vez mais frequente nos meios de comunicação e em publicações acadêmicas de autores das mais variadas posições teóricas e políticas." (CORSI, 1999, 102)

A ampliação da UE teve repercussão em Portugal na concorrência interna, e foi agravada com o impacto da globalização, com consequências desde o processo instaurado em 2002, e mais detidamente, na estagnação econômica, o fechamento de várias empresas e o aumento do desemprego. Não demorando muito para que os indicadores de desempenho oferecessem números preocupantes e crise que viria, caso nenhuma atitude fosse tomada. Fontes (2006) comparou economias e chegou a seguinte conclusão: "Outros países europeus tiveram o mesmo sintoma ora analisado, como por exemplo, a Irlanda, Grécia e Espanha, que fizeram crescer as opções creditícias, aumentando o endividamento das famílias e empresas, e estimulando as áreas de serviços em detrimento das produtivas, e mais recentemente, preferindo as especulações imobiliárias".

As economias foram e estão sendo afetadas pela grande revolução tecnológica diariamente, pois presenciamos em duas décadas atrás em uma região do estado de São Paulo, com grande poder aquisitivo, tinha em seu espaço empresas e em particular uma delas que empregava cerca de 90 mil (diretos e mais de 300 mil indiretos na região) pessoas em três turnos, e com capacidade de fabricação próximo a 1.500 produtos/dia. Hoje aproximadamente 25 anos após, esta mesma empresa emprega cerca de 15 mil funcionários (e outros 15 mil indiretos, no país), para que a produção tenha alcançado em meses médios a cifra de 2.800 produtos, com uma qualidade final maior do que a comparação anterior[16].

Houve então ganho de escala pela produção, e aumento da lucratividade percebida, haja vista a diminuição dos gastos em produção. O que ainda não foi percebido, mas que possivelmente será em breve, é que toda esta produção maior está sendo consumida por uma demanda reprimida, e que hoje estão absorvendo. Mas em pouco tempo quando estabilizar este consumo, e sem aumentar o número de novos consumidores, a probabilidade é de estagnação das empresas, pois o investimento feito em alta tecnologia computacional, ainda

[16] Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Disponível em HTTP//www.smabc.org.br

não teve o retorno esperado. Como todos os economistas afirmam, os países precisam chegar ao equilíbrio econômico, em que, empresas empregam famílias e famílias, agora com salários, consomem das empresas, tornando o ciclo de produção e consumo estabelecido.

Este cenário trás como conseqüência duas situações que interessam a este estudo, a primeira que com este excedente de mão de obra, aqueles que possuem qualificação profissional buscam outras posições ou outras sociedades, enquanto aqueles que não possuem esta qualificação entram na estatística de desempregados ou ainda na economia informal.

O mercado de trabalho tem características interessantes de análise, pois as inserções são realizadas de duas formas, se observarmos a questão da remuneração, ou seja, o mercado primário, abriga aqueles profissionais qualificados e graduados (bacharéis ou licenciados) e que almejam carreiras crescentes, ou no mínimo estáveis. Enquanto as inserções do mercado secundário predominarão as baixas remunerações e qualificações não requeridas na execução das tarefas.

Em Portugal, o mercado primário é ocupado em sua totalidade por migrantes da União Européia e brasileiros, logo a seguir, em relação a quantidades de profissionais, e ocupantes de vagas como por exemplo, gestores empresariais, educacionais e profissionais liberais. E por sua vez, o secundário é ocupado pelos migrantes originários das ex-colônias africanas, que ocupariam os setores da construção civil, limpeza em geral, comércio sem qualificação, entre outros.

Assim como se pode perceber analisando as palavras do autor que nos mostra por meio de estudos e conclusões da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL – entre outros organismos pesquisados, a saber:

> "Los análisis sobre inmigrantes y mercados de trabajo en los países desarrollados, concluyen que los inmigrantes tienden a insertarse en los extremos. Por una parte, responden a la demanda de trabajadores altamente calificados y, por otra, tienden a encontrar empleos en actividades que tradicionalmente exigen baja calificación. Desde el

> ángulo de la situación económica de la región latinoamericana, existen algunos signos de recuperación, que si bien no son homogéneos para todos los países, permiten pensar que la situación de crisis de las últimas décadas tienda a revertirse. Aún así, la modificación de las tendencias regresivas que ha sufrido la situación social exigirá un plazo considerable de tiempo y políticas muy firmes para disminuir la pobreza y reducir la brecha en la distribución del ingreso. Según la CEPAL, aún em los casos en que ha habido éxitos económicos, éstos no han tenido como consecuencia una disminución de la desigualdad social y que la región latinoamericana sigue ostentado el título de la región más desigual del mundo. Por lo tanto, desde esta perspectiva, la potencialidad migratoria del continente seguirá siendo alta, en la medida en que la desigualdad y los frenos a la movilidad social constituyen factores poderosos que impulsan a las poblaciones a migrar". (EGENHOFF, 2006)[17].

Estes estudos direcionam a uma explicação de que os contextos demográficos e econômicos social parecem confirmar as hipóteses que a imigração latino americanas continuarão sendo um fenômeno crescente, isto pelo fato dos comércios terem vínculos, e cumulativamente a este fator, ainda temos a proximidade entre as culturas regionais e a grande presença em níveis importantes nos países de origem.

> "As fontes estatísticas disponíveis para análise da inserção socioeconômica dos migrantes, em particular dos brasileiros, são escassas. Elas apresentam, em todos os casos, problemas de construção e interpretação. Entre as estatísticas oficiais, são, sobretudo, as do SEF, nomeadamente o *stock* anual de estrangeiros com residência legal, que têm sido utilizadas, por contemplarem a vertente socioprofissional da imigração (dados disponíveis entre 1986 e 1998)". (FIGUEIREDO E PEIXOTO, 2006, 47)

Ainda sobre as escassas estatísticas, mas com dados preliminares, pode se dizer que os migrantes brasileiros ocupam os dois pólos no mercado de trabalho, primário e secundário, e em tempos definidos, por primeira e segunda fases. Sendo que Peixoto *apud* Vianna (2001) a primeira fase tem encerramento por volta de 1990, predominantemente preenchidos pelos trabalhadores do mercado secundário, e a partir de então, a segunda fase, também conhecida como "segunda vaga", começa a receber profissionais com maior qualificação.

[17] Tjark Egenhoff é assessor político do Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer no Rio de Janeiro

A autora citada a seguir, resume em sua obra em três partes as consequências da globalização no emprego, a saber:

> "a composição da estrutura produtiva dos diferentes países acarreta impactos diversos sobre as condições de expansão da globalização e sobre a acomodação do trabalho aos novos requisitos tecnológicos, desde que verificam-se diferentes graus de difusão entre os setores econômicos, a saber: a) setores em que se verifica a corrida tecnológica com difusão acelerada (informática, química fina, microeletrônica e telecomunicações), com exigências de alta qualificação de trabalho; b) setores em que os padrões de alta intensidade de capital investido nas plantas caracterizam uma difusão tecnológica lenta (química pesada, siderurgia, metalurgia, bens de capital e alguns produtos intermediários), com especialização pronunciada e menor requisito de qualificação da mão de obra; e c) setores em que a difusão tecnológica é relativamente rápida, porém a necessidade de trabalho flexível e qualificado é mais intensa. [...] O crescente excedente de trabalhadores gerado pelo desenvolvimento tecnológico, particularmente pela informatização das atividades, que resulta em taxas consideráveis de desemprego tanto em países avançados como em menos desenvolvidos, resulta cada vez mais da forma pela qual a globalização se intensifica e a internacionalização das atividades se amolda às vantagens comparativas dos diversos países com relação à composição e qualidade de sua força de trabalho e da infra estrutura ligada à economia de informação".(KON, 1999, 68)

Ainda Kon *apud* Bridges (1995) afirma que:

> "Como conseqüência, a mudança qualitativa no caráter do trabalho e nas relações de trabalho, observada nas economias mundiais, mostra a diminuição de empregos efetivos em empresas, para situações de trabalho em tempo parcial e temporário nestas empresas ou trabalho autônomo de maior ou menor grau de qualificação. A tecnologia de comunicação facilitou a comunicação entre uma empresa e sua rede de fornecedores e consumidores entre diferentes localizações mundiais difundindo a possibilidade de emprego em tempo não-integral e do auto-emprego e aumentando a velocidade dos processos de terceirização nas empresas, em busca da redução de custos e produção e distribuição dos bens e serviços". (KON, 1999, 68).

Com essa realidade aparente podemos dizer que os países detentores da tecnologia terão seus ganhos aumentados, enquanto aqueles que necessitam dela ficarão ainda mais dependentes, ou seja, o espaço entre eles aumentam ainda mais, e para exemplificar este

quadro, é como se tivéssemos que encher um navio de produtos primários agrícolas, contra uma maleta contendo *chip* eletrônicos, e que teriam valores aproximados, devido ao alto valor agregado do segundo.

> "Necessidades de trabalho qualificado ocorreram em outras áreas, como foi o caso da informática. Após meados dos anos 1990, a forte expansão do setor e a necessidade de qualificações levaram a um recrutamento direto ou indireto no mercado brasileiro. A expansão deveu-se à disseminação de novas tecnologias e ao surgimento de fortes fatores conjunturais de crescimentos (*bug* do ano 2000 e a introdução do Euro). No campo das qualificações, o sistema educativo e profissional português só lentamente se adequou à procura, permanecendo uma carência absoluta de especialistas em certas tecnologias (como por exemplo, a linguagem IBM)". (FIGUEIREDO E PEIXOTO, 2006, 54)

Isto não exemplifica os demais setores sociais, pois tudo o que ocorre em um ponto do planeta, demora apenas segundos para que o restante dele esteja sabendo do fato. Em ambientes culturais a massificação tem se mostrado eficiente quando observamos a tradicional China comunista consumindo produtos mundiais-ocidentais, refrigerante, vestuário, entre outros. A rede mundial de computadores aproxima e até propicia novos relacionamentos entre povos com diferentes culturas e costumes.

## 2.2. As Regras Migratórias Portuguesas

Nos últimos 30 anos várias foram às mudanças nos critérios legislativos voltados as políticas de imigração e regulamentação trabalhista deste grupamento. Alguns governos e governantes (portugueses) tiveram atuações mais democráticas outros menos, mas o que fica evidente, é que as centrais sindicais nunca tiveram suas reivindicações atendidas.

As regras de cooperação começam a proliferar entre os Estados Membros da União Européia, e não demorou a ser tratado e autorizado a adesão ao Acordo de Schengen, que desde o ano de 1985 tramitava entre os Países Baixos, França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo, que deu origem com o nome de uma de suas cidades a denominação do acordo. Este Acordo tem configuração diferente do Espaço Schengen, pois alguns países não possuem

interesse em tornar comuns suas regras, ou ainda, não conseguem atende-las, pois prevê em sua aplicação a retirada das fronteiras internas entre os países, fazendo com houvesse apenas uma fronteira externa e única, dando maior liberdade às movimentações internas. Para dar vazão a este tipo de controle foi criado o Sistema de Informação Schengen – SIS – composto de uma base de dados sofisticada e que permite todas as autoridades dos Estados Membros acesso e registro de novas informações. Torna-se evidente que quando se buscam situações deste gênero, acordos paralelos precisam ser viabilizados para o trato das questões jurídicas e demais de cunho policiais.

Este Espaço teve seu contingente acrescido por Portugal e Espanha no ano de1991 entre outros, até data.

> "Em particular, após a adesão ao Acordo de Schengen, a orientação da política portuguesa foi de restrição das entradas regulares em Portugal, o que teve como conseqüência, desde logo, o aumento dos fluxos irregulares, em conseqüência não só da existência de procura por Mao de obra barata, mas também de um controle deficiente por parte das autoridades administrativas, atestado pelo reduzido número de ações de inspeção efetivadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF – e pelo numero diminuto de estrangeiros expulsos". (COSTA, 2004, 172).

Uma das restrições aos cidadãos dos Estados não Membros e também aqueles denominados terceiros, mas que tiverem posse de Autorização de Residência poderão permanecer até 03 meses em qualquer outro Estado Membro, sendo que para período superior, haverá a necessidade de emissão desta mesma autorização no Estado visitado.

Albuquerque *et al* (2001, p. 198) traçou historicamente uma linha cronológica dos fatos, "no ano de 1992 o primeiro grupo de imigrantes foi legalizado e este processo foi supervisionado pelo Secretariado Coordenador das Ações de Legalização – SCAL – em parceria com as citadas centrais".

Saltando para 1996 por meio da Lei n 17, 04 anos após a primeira foi que ocorreu a segunda legalização de imigrantes, que neste processo os ganhos foram substanciais, pois

estes poderiam ter registro em seus ambientes trabalhistas e todos os benefícios oriundos deste registro. E todo este processo passou a ser monitorado pelo recém criado Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração – COCAI – e no mesmo ano é criado o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – ACIME – por meio do Decreto Lei n 3-A/96 e que por sua vez deu origem ao Alto-Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural – ACIDI – e que está em vigor nos atuais dias.

No ano de 1999, a Lei 134, proíbe toda e qualquer discriminação quanto a imigrantes, seja por raça, nacionalidade entre outros. E também estabelece a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR – e tem representação junto a Assembléia da República e do Governo.

Em 2002 a CICDR passou a integrar a ACIME e que irá regular a entrada e permanência dos estrangeiros em território nacional, e responsável pela emissão do título Autorização de Permanência.

Já em 2003 por meio de novo Decreto-Lei, o de n 34, faz-se as alterações do anterior, revogando as Autorizações de Permanência, e repercutindo negativamente nas centrais sindicais, como por exemplo, a União Geral dos Trabalhadores – UGT – em seu relatório de atividades em 2004, afirmando que a metodologia adotada além de ser inadequada, promoverá o aumento do trabalho ilegal dos imigrantes.

> "Somos de opinião que, com as alterações da legislação da imigração, concretamente o DL. 34/2003, de 25 de Fevereiro, se criaram mais restrições aos imigrantes, dificultando a sua regularização e consequente integração na nossa sociedade. Muito em particular, a nova legislação não solucionou a grande e grave questão dos imigrantes indocumentados, criando, pelo contrário, mecanismos que dificultam a intervenção sindical tendo em vista o respeito e a efectivação do quadro legal vigente. Desta forma, os imigrantes, particularmente os indocumentados, serão mais facilmente alvo da actividade ilícita e imoral dos patrões sem escrúpulos que procurarão enriquecer mais rápida e selvaticamente. Por estes motivos essenciais, a que acrescem muitos outros, a CGTP-IN combateu, desde a primeira hora, a actual legislação, e tem vindo a desenvolver várias iniciativas com o objectivo de alertar a opinião pública e os órgãos de soberania

> para os malefícios que lhe estão inerentes e tem proposto diversas soluções que os atenuem". (CARLOS TRINDADE, 2003).

No mesmo ano, porém no mês de Julho, foi regulamentado pelo Decreto-Lei n. 154/2003, o regime de atribuição de igualdade, e que pode ser solicitado por todos os brasileiros residentes em Portugal, porém com restrições àqueles direitos que são outorgados exclusivamente pela Constituição.

Uma vez alcançados o quarto ano de residência legal dos brasileiros em Portugal, estes podem solicitar que os direitos políticos sejam também a ele oferecido, com um único fator excludente, ou seja, este cidadão deverá fazer uma opção entre os direitos políticos portugueses ou brasileiros, sem que haja possibilidade de acumular ambos direitos.

Em tese os únicos estrangeiros que se beneficiam do direito de entrada e residência são os cidadãos comunitários, isto em função dos Acordos e Tratados firmados, em particular, o Tratado da Comunidade Européia – TCE.

De Janeiro a Março de 2007, as negociações públicas foram realizadas e chegou se ao Plano de Integração dos Imigrantes – PII – que fazia valer vários aspectos e políticas sociais, como por exemplo, Saúde, Habitação etc. e nesta linha de raciocínio, o Trabalho e o Emprego, a UGT desenvolveu um parecer sobre o Anteprojeto para a Integração dos Imigrantes, em que enfatizava a participação mais ativa de organismos sociais, como terceiro setor e fundações. (vide Anexo - B)

**Quadro 1 – Condições que Limitam a Titularidade de Direitos de Cidadania**

| Condição | Conteúdo | Exemplo |
|---|---|---|
| Reserva | Apenas os portugueses podem ser titulares do direito. | Direito a ser eleito Presidente da República. |
| Reciprocidade | O direito é atribuído a um estrangeiro, se o mesmo direito for reconhecido a um português pelo país de origem daquele. | Direito de votar a ser eleito nas eleições locais. |
| Tempo de Residência | Estabelecimento de um período mínimo de residência para obter um direito. | Aquisição de nacionalidade portuguesa. |
| Nacionalidade de Origem | A Atribuição de um direito é limitada a certos estrangeiros, ou então beneficiam de condições mais favoráveis. | Isenção ou redução de taxas dos vistos; renovação da autorização de residência pelos lusófonos. |

Fonte: Machado (2006)

Em 04 de Julho de 2007 uma Lei de Imigração começa a regular os trabalhadores estrangeiros em Portugal e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP – relatou uma posição favorável sobre a Lei, porém com uma crítica construtiva a mesma:

> "Sem prejuízo de considerarmos que o presente anteprojeto corresponde a uma alteração significativa de algumas das orientações que têm vigorado em matéria de imigração e dá alguns sinais positivos no sentido de favorecer a integração dos imigrantes, entendemos que o regime proposto é ainda insuficiente para a afirmação de uma política de imigração e de gestão dos fluxos migratórios, humanizada e capaz de garantir os direitos de todos aqueles que já hoje trabalham, ainda que em situação irregular, ou pretendem trabalhar e fixar residência em território nacional". (CGTP-IN, Parecer sobre Anteprojeto de Lei de Imigração).

Esta regulamentação ainda possibilita a autorização de residência desde que comprovem ter um contrato de trabalho e tenham visto legal de entrada no país.

> "(…) as legalizações extraordinárias não bastam, porque há necessidade de haver algum trabalho continuado, no que diz respeito à avaliação das necessidades do mercado de trabalho, procurar actuar mais sobre os empregadores que utilizam este tipo de mão-de-obra porque lhes fica mais barata, porque não têm de suportar as custas sociais. Temos toda a economia paralela que ronda os 25%, que é muito prejudicial para o desenvolvimento do País e que acaba por absorver uma boa parte dos trabalhadores imigrantes indocumentados. É preciso legalizações, mas é preciso um processo continuado, facilitador e integrador" (Entrevista União dos Sindicatos de Lisboa – USL).

Os legisladores possuem autoridades para atribuir ou negar direitos aos estrangeiros, porém fica ligado a regulamentos que podem ser internos, ou seja, os nacionais, ou até mesmo os internacionais-externos. Este poder, em resumo, passa a ser limitado por esses fatores e que Costa (2006) em sua obra, resumiu em um quadro sinóptico, a saber:

**Quadro 2 – Limites ao Processo Legislativo**

| Origem | Exemplos |
|---|---|
| **Constituição** | Equiparação de direitos e deveres com os nacionais (artigo 15);<br>Expulsão de estrangeiros em situação regular apenas pode ser determinada por autoridade judicial (artigo 33). |
| **Direito Comunitário** | Direito de livre circulação e permanência dos cidadãos comunitários (artigo 18/CTE);<br>Princípio da não discriminação dos trabalhadores comunitários em razão da nacionalidade (artigo 39/CTE). |
| **Tratados Internacionais** | Proibição de expulsão coletiva de estrangeiros (artigo 4, prot. n.4 da Convenção Européia dos Direitos do Homem);<br>Direito de circulação e escolha de residência pelos estrangeiros em |

| | |
|---|---|
| | situação regular (artigo 12 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos);<br>A perda do emprego não implica a ilegalidade, nem a revogação da autorização de residência ou trabalho (artigo 8 Convenção 143 da OIT);<br>Ninguém pode ser expulso ou extraditado para um Estado onde possa ser submetido à tortura (artigo 3 da Convenção contra a Tortura) |
| **Acordos Internacionais Bilaterais** | Estatuto de igualdade entre portugueses e brasileiros (artigo 12 e SS do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta com o Brasil);<br>Igualdade de Direito e obrigações de natureza laboral para os trabalhadores contratados (artigo 8 do Acordo com o Brasil sobre a Contratação Recíproca de Nacionais); |
| **Jurisprudência Internacional** | Tribunal de Justiça da Comunidade Européia: Direito de residência não depende da concessão administrativa de um documento;<br>Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (Conselho da Europa): não aplicação de medida de expulsão se tal violar o direito ao respeito da vida familiar. |
| **Jurisprudência Nacional** | Inconstitucionalidade de toda norma que imponha a expulsão como efeito necessário e automático da condenação pela prática de um crime (Tribunal Constitucional);<br>A perda do direito de asilo não é causa de expulsão, nem envolve a perda do estatuto de refugiado (Tribunal da Relação de Lisboa). |

Fonte: Costa (2004)

Alguns itens podem ser elevados a condição de síntese preliminar desta discussão, que foi a preocupação dos agentes governamentais em buscar legalizar os imigrantes no país, porém as categorias sindicais, por sua vez, dizem que muito foi escrito, mas pouco foi colocado em prática. Como salienta o autor em sua obra, a saber:

> "Na prática permanecem situações diversas de discriminação no trabalho (salarial, de categorias profissionais, carga laboral, etc.), assim como o não cumprimento das obrigações legais por parte das empresas. Esta afirmação confirma-se pela persistência da imigração

> irregular em Portugal, num contexto de uma procura efectiva de trabalho imigrante para trabalhos mal pagos e, muitas vezes, de natureza informal, nomeadamente nos sectores da construção civil, restauração e serviço doméstico' (PEIXOTO, 2008, 19).

Nas três últimas décadas por uma questão de necessidade plena, a política de imigração portuguesa, passa a ter maior flexibilização no que tange a curtos períodos, o que dificulta a permanência destes trabalhadores, haja vista que, para as renovações sucessivas, o grau dependência aumenta consideravelmente, pois para que isto aconteça de maneira mais fácil, haveria de ter emprego efetivo.

Doravante serão abordados pontos que privilegiarão as movimentações históricas e atuais das pessoas no mundo e evidentemente, e mais detidamente, dentro no espectro do estudo que são as "trocas" entre Portugal e Brasil.

## 2.3. As Migrações Inverteram o Fluxo

Esta parte do texto buscará desenvolver em nossas mentes, por meio de um pouco de história e estatística atualizada, como o processo migratório tem se organizado em boa parte dos países, e em particular foco nas relações entre Brasil e Portugal.

Todos sabem que este processo não é novo ou que pudesse justificar uma nova pesquisa, porém a partir de algumas décadas, este movimento deixou de ser os presenciados historicamente, ou seja, pessoas saiam de suas pátrias e seguiam para locais em que haviam peças colonizadas, ou ainda, "fugindo" de algum movimento bélico. E hoje estamos presenciando as movimentações inversas, em que apenas busca-se uma melhor condição de vida por trabalho, catástrofe ambientais e sócio-políticas. Vamos expor com maiores detalhes essas alternâncias.

Homens e Mulheres movimentam-se formando os chamados fluxos migratórios, a começar pelo Estreito de Bering e nos atuais tempos, os motivos não mudaram muito, ou seja,

a sobrevivência e as melhores condições de vida são os fatores norteadores desta movimentação.

Este estudo, em particular, desde 1530, os portugueses iniciam uma invasão ao território brasileiro e na sequencia a estes, ainda chegaram franceses e holandeses. No século XVIII foi a vez dos alemães e turcos, sendo que 30 anos mais tarde, os italianos e árabes fizeram a estatística crescer. E mais recentemente, nos anos de Guerra, os japoneses também fizeram parte deste fluxo, em larga escala. Não podemos descartar outras origens, mas a quantidade ainda não pode ser comparada as citadas anteriormente.

Algumas medidas são tomadas para tentar frear essas movimentações, porém em muitas situações veiculadas acabaram denotando uma restrição tão forte, que causou até divergências diplomáticas entre os representantes governamentais.

Segundo Machado (2007) "uma atriz portuguesa, em artigo publicado no Jornal do Brasil, referiu-se à decadência do prestígio do brasileiro em Portugal, evidenciada pela suspeita de invasão de migrantes do gigante adormecido. Tanto suas falas como as de outros jornalistas são reveladoras de uma crescente insatisfação dos portugueses em relação aos brasileiros"[18].

Para o cidadão português que observa os fatos, a migração brasileira tem uma continuidade dos moldes mais antigos como uma novidade, ela pode ser classificada como 'lusófona', ou seja, relembra as relações com os ex-sujeitos coloniais. Comparativamente a migração brasileira e a cabo-verdiana, tem um lapso de tempo de aproximadamente dez anos, em que a a segunda é a mais antiga; enquanto que a primeira, com a visão portuguesa, acaba sendo mais aceitável, à luz da experiência colonial, o que explica e dá sentido à movimentação de pessoas entre Brasil e Portugal. Temos assim, uma 'velha' imigração.

> "A imigração brasileira pode ser também colocada ao lado das novas migrações para Portugal, juntamente com os imigrantes de leste.

[18] Paula Guedes é atriz portuguesa em artigo publicado em *Jornal do Brasil* em 22/11/1987.

> Como este novo fluxo, a movimentação de brasileiros revela uma intensidade e vitalidade que fazem dela algo em constante expansão. Assim, seja a partir da normalidade classificatória que assimila dentro de um contexto lógico a presença de brasileiros, seja a partir de um olhar admirado com a extensão e vitalidade do movimento, a imigração brasileira pode ser vista como nova e velha ao mesmo tempo. Isto de um ponto de vista português".[19]

Por outro lado, a imigração brasileira tem características muito distintas tanto das outras migrações 'lusófonas' como das novas migrações de países do leste europeu como Ucrânia, Moldávia, Rússia, Romênia. Num primeiro momento, a imigração brasileira assemelhava-se mais à imigração de europeus do norte: ou seja, mais qualificada e posicionada em lugares mais altos nas hierarquias do mercado de trabalho (Peixoto 1999 e 2002, Baganha, Ferrão e Malheiros 1999) ou, ao menos, era vista como estando entre a imigração rica européia e a imigração pobre africana (F. Machado 1997). Num segundo momento, estas características mudaram e a imigração brasileira caminhou cada vez mais a um assemelhamento às imigrações da África. As qualificações são menores, os cargos ocupados no mercado de trabalho são os do setor primário (Peixoto e Figueiredo, 2006), as expectativas são menos promissoras e a integração é mais difícil (Padilla, 2006).

Lideram essas medidas os países considerados industrializados e/ou que possuam padrão de vida aceitável, ou ainda trabalho. Por essa razão, EUA, Alemanha, França, Espanha, Inglaterra, Japão e Canadá, são os países preferidos neste fluxo historicamente contrário. Por este motivo, a discussão hoje nos países ricos e produtores de riquezas está acirrada em busca de mecanismos de defesa para preservar suas fronteiras.

Nos atuais dias, e com as crises econômicas instauradas em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos, o fluxo para esta nação diminuiu sensivelmente nestes últimos três anos. Mas também existem estudos que ao final de 2011, estará re estabelecido o fluxo, e a previsão é que ultrapassará 4,4 milhões percebidos em 2009[20].

[19] Ministério das Relações Exteriores, 2002.
[20] http://www.un.org/esa/analysis/wess/past-issues.htm#2004 – World Economic Social Survey – 2004.

Castles e Miller (2003) afirmam em sua obra que “dados recentes, há cerca de 200 milhões de pessoas deslocadas no mundo, o que corresponde a 2,8% da população mundial. Esta população é constituída por um terço de migrantes e suas famílias, um de trabalhadores e um terço de refugiados”. Ainda neste sentido autores deram suas contribuições, a saber:

> “até metade do século XX, dentro de uma perspectiva europeísta, dominou o modelo clássico de migração, presente nas grandes migrações européias para as Américas e a Oceânia, que se seguiram às duas Grandes Guerras Mundiais. Este modelo construiu as nações de imigrantes, como EUA, o Canadá ou o Brasil, e privilegiou o alargamento da cidadania aos migrantes, tornando-os cidadãos”. (GIDDENS, 2004, 121).

Para que se possa ter um mínimo de condições de julgamento, as informações que foram levantadas, traduzidas, evidenciaram que alguns países continuam a buscar os seus descendentes em função do envelhecimento de sua população, e existia a preocupação econômica de que em pouco tempo as pessoas que teriam direito a receber benefícios previdenciários superariam largamente as pessoas ativas e contribuintes, neste mesmo sistema, ocasionando um “desencaixe” considerável.

O World Economic and Social Survey (2004) aponta da mesma forma que Castles, o número de pessoas que vivem fora de seus países, isso significa que em média, uma em cada 38 pessoas está nesta condição, o que corresponde a 3,0% da população mundial. Esta escalada fica mais evidente a partir do inicio do século XX, em que cerca de 30 milhões eram considerados imigrantes, o que representava percentualmente 2,0% sobre o total.

No que se refere à distribuição da população migrante, em 2002, a maior parte vivia na Ásia (43,8 milhões), seguida pelos EUA e Canadá (40,8 milhões), Europa ocidental (32,8 milhões) e a ex-União Soviética (29,5 milhões). Menor a presença na África (16,3 milhões), América Latina (5,9 milhões) e Oceania (5,8 milhões).

A América do Norte passou por um relevante fluxo migratório nas últimas duas décadas, sendo que atualmente incorpora 23% do total de migrantes mundiais. Já na Europa,

excluindo a ex-URSS, a porcentagem no total de migrantes permaneceu estável entre 1960 e 2000 (em torno de 18%), mas houve um sensível aumento da porcentagem em relação à população da região: passou-se de 3,3%, em 1960, para 6,4%, em 2000.

Apesar da evolução e diversificação dos destinos, segundo o Informe, as migrações internacionais continuam bastante concentradas, sendo que 75% do total de migrantes estão em 28 países (em 1960, estavam em 22 países). Nos EUA se encontra 20% do total (35 milhões), seguidos pela Rússia (13 milhões), a Alemanha (7,3 milhões), a Ucrânia (6,9%), a França e a Índia (6,3 milhões cada)[21].

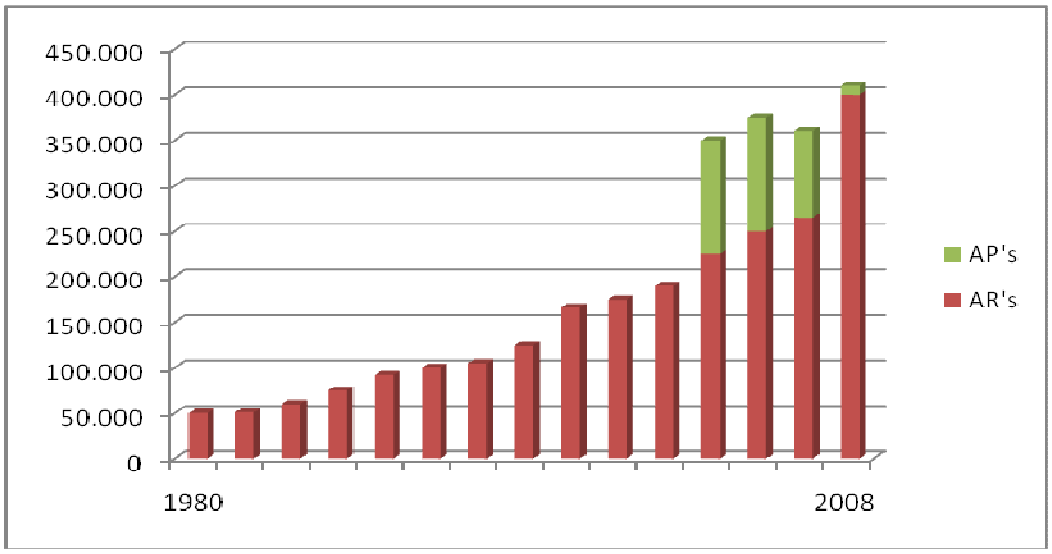
Todo este emaranhado de números sobrepostos têm a sua importância e a sua verdade contida, porém, as estatísticas, em gera, não contemplam as pessoas que se movimentam ilegalmente, sendo que para que não haja um total esquecimento deste grupamento, faz-se todas as considerações por meio das deportações e legalizações posteriores até ao assentamento do irregular. Isto posto, devido a grande rigidez das formas com que são coletados os dados, e também a omissão por partes daqueles que sublocam seus lares para pessoas irregulares.

Mais detidamente ao estudo e suas relações, a Secretaria de Estrangeiros e Fronteiras – SEF – e Instituto Nacional de Estatística – INE – tem em seu procedimento, somar as pessoas que transitam com autorizações de permanência ou de residência, mesmo estando sem emprego. Cabe salientar que mesmo com esta preocupação e zelo na obtenção dos dados, ainda se formam diferenças entre as estatísticas dos órgãos responsáveis, pois enquanto o INE relata algo próximo a 150 mil estrangeiros em situações diversas, o Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – aponta mais de 300 mil estrangeiros, mantidas as mesmas situações.

O gráfico a seguir demonstra o acréscimo anual das migrações em Portugal com a riqueza de detalhes das fontes citadas. E, sobretudo os números que divergem entre si.

[21] Todas as informações aqui presentes foram extraídas do sítio http://www.un.org/esa/analysis/wess/past-issues.htm#2004 – acesso em 13/06/2010.

**Gráfico 1 – Evolução da População estrangeira em Portugal 1980-2008.**




Fonte: SEF (dados provisórios para 2008)

Ao analisar este gráfico, chega-se facilmente a conclusão que os recuos de quantidades das Autorizações de Permanência entre 2005 e 2008 se da principalmente pela mudança da Lei de Imigração, e na mesma esteira a recessão econômica.

Peixoto (2008), ainda nos contempla com uma constatação de sua experiência em suas obras, que resumidamente nos mostram a grande dificuldade de se fazer estatísticas em Portugal, devido a grande influência da economia informal instalada.

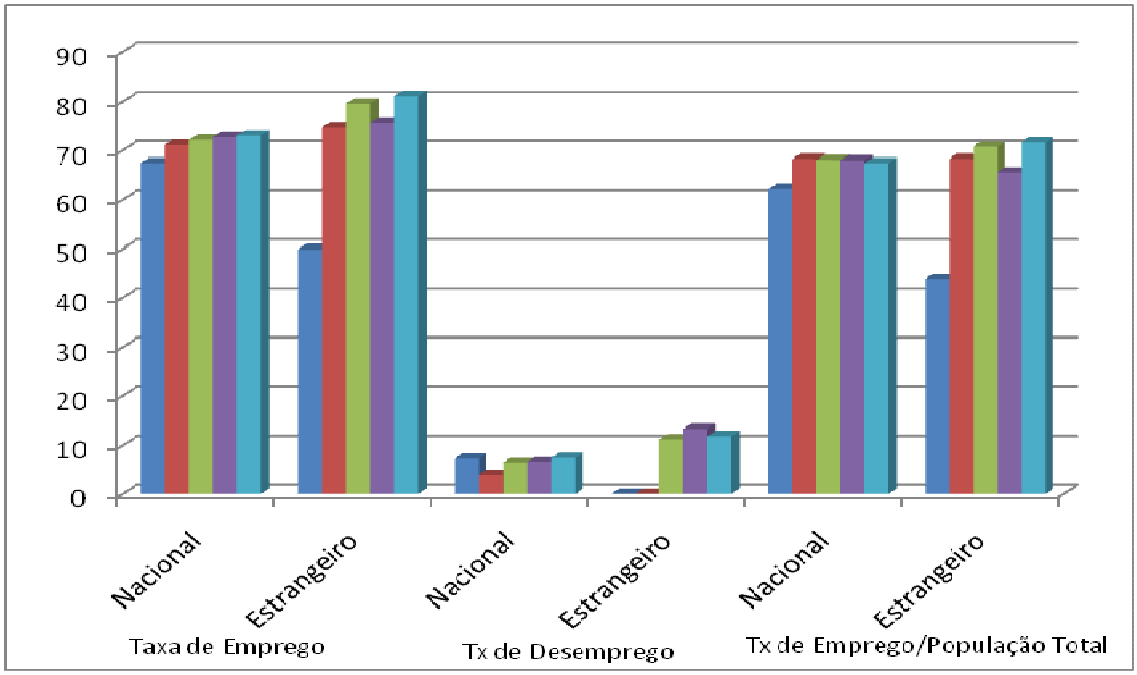
Outros autores afirmam em consonância, que este registro não é só difícil de ser feito neste país, assim como em vários outros que possuem ou possuíram colônias no passado não muito distante. E nestes anos de grandes conflitos internos em algumas regiões do mundo, até mesmo aqueles que nunca foram afins, fazem suas solicitações como na afirmação a seguir:

> "Mas não foi só o número de estrangeiros que cresceu substancialmente, as nacionalidades de origem e os perfis sócio-demográficos dos imigrantes apresentam também alterações muito significativas, que claramente indicam uma complexificação progressiva da composição da população estrangeira em Portugal.

> Esta complexificação está bem exemplificada no crescente número de nacionais de países com os quais Portugal nunca teve laços econômicos ou históricos privilegiados que pediram a sua regularização durante os processos de regularização extraordinária de estrangeiros dos anos 90 (1992 e 1996, respectivamente)". (SANTOS *apud* BAGANHA, 2005, 142)

Ao se analisar a participação no mercado de trabalho, os estrangeiros de forma geral acabam por dividir de forma igual os postos criados neste país, porém como afirma Baganha (1998) em sua obra, "dominada pelo grupo de ocupações socialmente pouco valorizadas, designadamente na categoria de trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora e condutores de máquinas fixas e de transporte".

**Gráfico 2 - Situação do Mercado de Trabalho dos Nacionais e Estrangeiros**



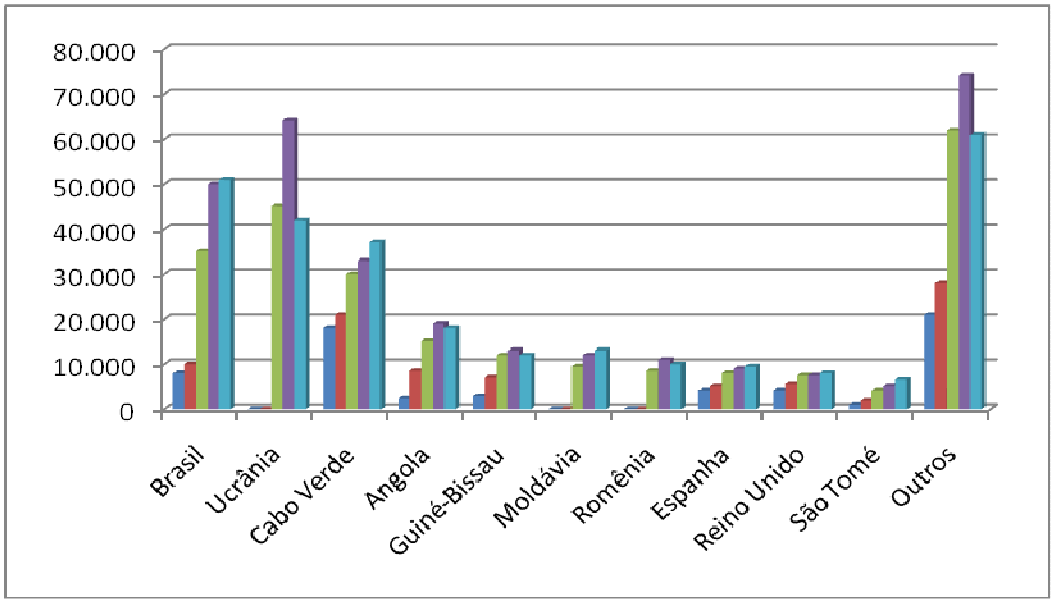

Fonte: OCDE, 2007.

Esses números são fortes por algumas razões bem conhecidas e que são características de vários povos e países, como ressalta a Rugy (2000) afirmando que a segmentação no mercado de trabalho entre imigrantes é forte, e que estes ocupam cargos ou tarefas que os nacionais recusam se a praticá-los. Isto evidentemente não se aplica aos cargos de qualificação elevada.

> "a migração internacional, frequentemente considerada como solução temporária, surge como uma resposta a necessidades conjunturais, totalmente determinadas pela situação do mercado de trabalho existente. Por isso, a imigração constitui mão de obra complementar, que veio ocupar os postos de trabalho pouco qualificados e pouco remunerados, na indústria e nos serviços. A imigração de trabalhadores veio, por conseqüência, solucionar os problemas da falta de mão de obra, permitindo o rápido desenvolvimento de certos sectores que utilizam baixa qualificação e sem aumentos salariais". (RUGY, 2000, 13).

Pormenorizando os números descritos anteriormente, e ainda com dados da OCDE (2007), poderemos evidenciar que os grupamentos com maior número de migrantes foram os Ucrânianos, em dado momento (2001 a 2005), levando-se em conta que não havia registro antes desta data. E em seguida os brasileiros aparecem logo a seguir com números substanciais, ou seja, pouco mais de 50 mil pessoas no final de 2005. Seguindo no ranking de ocupação de solo português pelos estrangeiros, encontraremos Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moldávia (em 2005, havia um empate entre essas duas origens), Romênia, Reino Unido e São Tomé e Príncipe. Sendo que existem outros países que podem dar origem, mas as quantidades individuais ainda não fazem motivo de estudos e estatísticas em separado desses grandes grupamentos sociais. Esses números são apresentados no gráfico a seguir:

**Gráfico 3 – População Ativa Estrangeira**



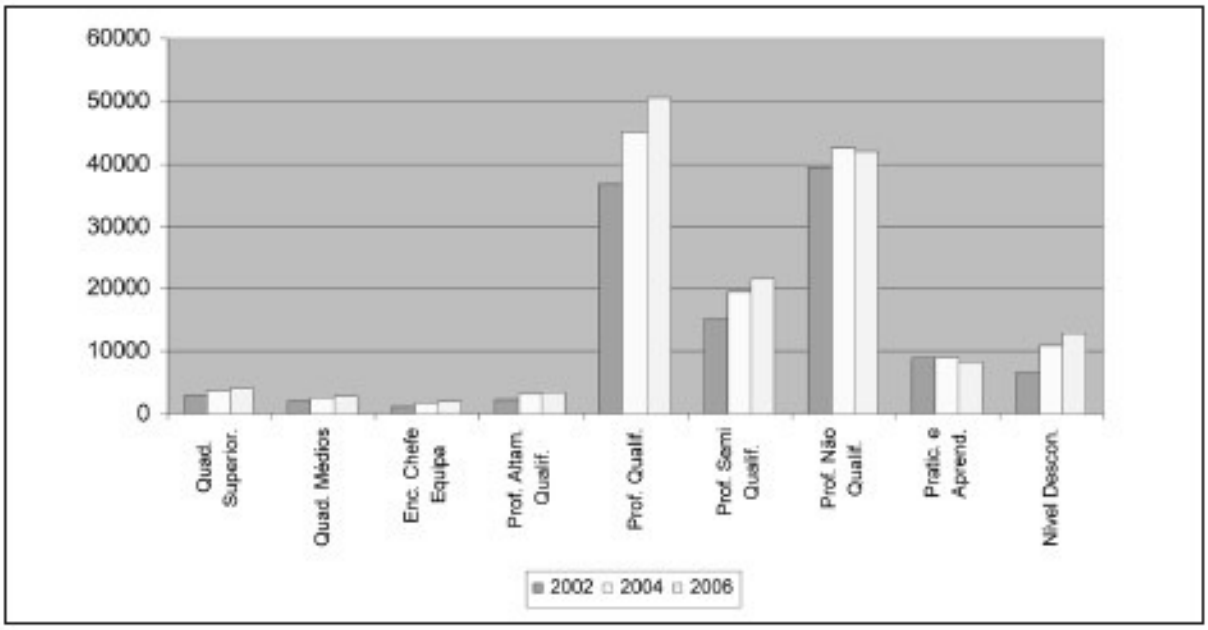

Fonte: OCDE, 2007

Como a ideia principal é sempre ir estratificando para que tenhamos o estudo dirigido e pontual, é de suma importância, também demonstrar qual é o perfil deste migrante quando se relaciona a questões de qualificação acadêmica, pois como já foi analisada boa parte dos empregos não são solicitadas as largas experiências ou qualificações.

De todos os estrangeiros em solo português, 34% destes ocupam vagas e ou posições com baixa ou nenhuma qualificação, sabe-se também que outros 34% são de postos de trabalho com qualificação alta. Restando outros 32% que estão entre os aprendizes, os semi qualificados, e ainda aqueles que são desconhecidos. Com informações oriundas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – MTSS – em conjunto à Direção Geral de Estudos e Estatística e Planejamento – DGEEP – podemos deduzir que a remuneração em Portugal no que tange a estrangeiros é muito mais restritiva do que para os Nacionais. Levando-se em conta que a relação homens e mulheres já trás consigo uma divergência histórica entre os ganhos.

E agora mais recentemente a capacitação, ou melhor, qualificação, tem mostrado que aqueles que possuem níveis mais elevados percebem até 43% a mais que as mulheres; enquanto que nos níveis qualificados a diferença cai para 21%; os semi qualificados ainda têm uma vantagem de 14%; e por fim aqueles sem qualificação ainda recebem 9% a mais que o mesmo representante, se este for do sexo feminino. Ainda sobre este fulcro, aqueles estrangeiros com qualificação superiores e médios, possuem ganhos maiores comparativamente aos portugueses, enquanto que os quadros qualificados e os semi qualificados, estes recebem apenas 91% do ganho dos portugueses, pois ao se analisar todas as variáveis constantes do estudo, pode se verificar este achatamento, e mais especificamente os dados do MTSS e DGEEP do gráfico a seguir.

**Gráfico 4 - Estrangeiros, segundo o nível de qualificação – 2002 – 2006.**




Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal

# Capítulo 3 – Consequências as Restrições Impostas

## 3.1. As Restrições

Portugal a partir de sua entrada na União Européia, como foi amplamente discorrida no primeiro capítulo deste texto, tinha grandes interesses em que houvesse forte corrente migratória para seu país, haja vista que com a entrada de grandes somas de recursos, poderiam e precisariam de mão de obra, principalmente para as tarefas de construção civil e correlatos. E isto ocorreu em grande parte com os representantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP – até os anos 90, dentre eles os cabo-verdianos com maior presença entre os migrantes, e que foi aumentada consideravelmente com as descolonizações.

A conseqüência disto foi a chegada de milhares de novos africanos em suas terras, e a percepção e necessidade foi se modificando a ponto de ser pensadas novas formas e leis para conter o fluxo de entrada. Para exemplificação numérica, em 1999 o número chegava a 200 mil migrantes, no ano de 2002 este número já havia passado dos 410 mil. Como afirma Malheiros (1998) em sua obra "esta diversificação da composição dos fluxos assentou bastante na inclusão de mais Asiáticos [...] e, especialmente, na chegada e posterior fixação, em muito poucos anos, de milhares de Europeus de Leste".

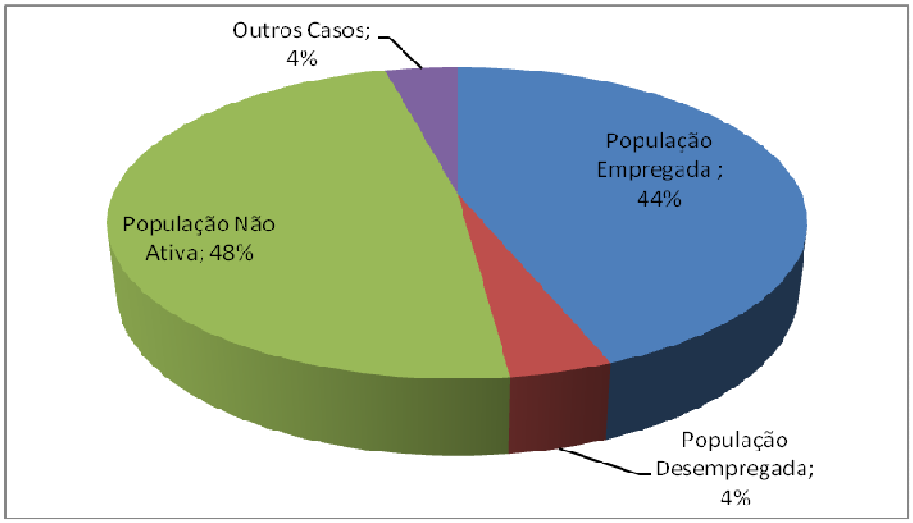
Além dessas preocupações que se acercavam, ainda havia os profissionais brasileiros que começavam a se mobilizar em buscar novas possibilidades de trabalho, sendo que foi neste período que o fluxo migratório entre Brasil e Portugal obteve expressivo aumento. Pois a presença brasileira em Portugal começou a acentuar-se em casos específicos pela não possibilidade dos profissionais locais em atender a demanda dos portugueses, e em sendo assim, a primeira categoria de qualificados que teve sua expansão meteórica foram os médicos e dentistas. E para aumentar ainda mais esse grupamento, as empresas que se internacionalizaram neste período, mandaram seus executivos, em níveis médio e superior para dar continuidades aos projetos de expansão, como foi o caso da empresa Marcopolo.

Isto poderá ser exemplificado a partir da observação do quadro, conforme anexo A, com especial atenção as faixas de gestores, pequenos ou grandes e trabalhadores independentes, e em várias categorias, porém as que mais contribuíram foram as gastronômicas, os profissionais voltados a hotelaria e todas as funções da construção civil, assim como já havia sido citado anteriormente.

As atividades consideradas modernas estão ligadas a prestação de serviços e que são em sua grande maioria composta de trabalhadores não qualificados, e muitos originados de área rurais, e/ou de pequenos centros urbanos. De sorte que, quando estão empregados em seus destinos, normalmente percebem valores inferiores aos oferecidos aos portugueses, instaurando neste momento uma concorrência com alguns mercados do Leste europeu, inclusive aos brasileiros.

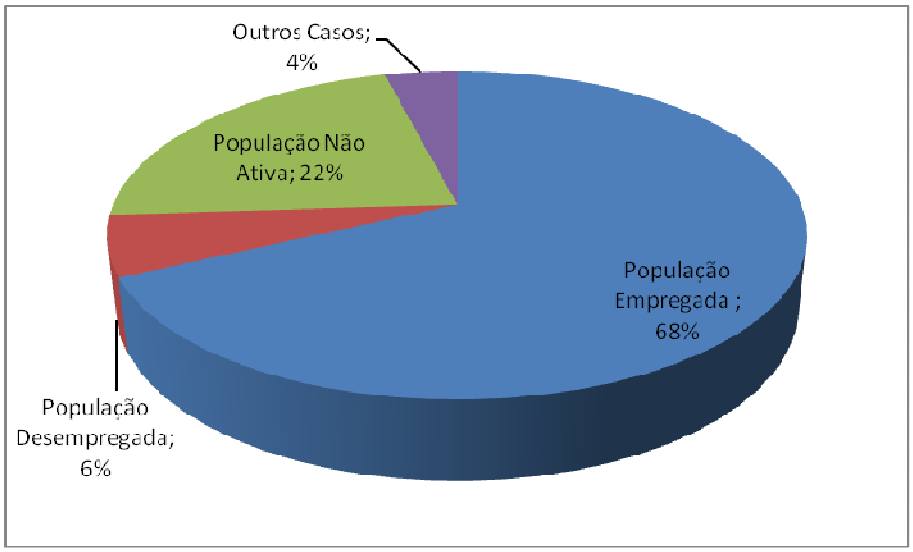
A seguir poderemos observar duas Figuras que darão ao leitor uma forma bem interessante de compreender as movimentações empregatícias neste país.

**Gráfico 5 – Situação laboral da população brasileira – 1991**




**Fonte: INE, Censos 1991.**

**Gráfico 6 – Situação laboral da população brasileira – 2001**




**Fonte: INE, Censos 2001.**

Ao se deparar com tais situações, o Governo Português lançou os critérios de Entrada, Permanência, Saída, Afastamento de estrangeiros de Portugal, por meio do Decreto Lei 10/2001, e que deu origem ao título de Autorização de Permanência, e que para se manter no país, bastava apresentar um contrato de trabalho válido à Inspeção-Geral do Trabalho – IGT.

Malheiros (1996) ainda enfatiza que há uma tendência de aumento da população qualificada, em comparação com a Não Qualificada. E é complementado por uma outra autora que diz:

> "a inserção de Lisboa no conjunto das cidades migratórias bipolares [...] a primeira corrente é composta por mão de obra altamente qualificada, ligada a gestão, ao saber, atraída novas tecnologias e nos nódulos centrais do sistema econômico por razões estratégicas econômicas e de investigação científica. A segunda acorrente é formada por mão de obra que, independente de sua qualificação, é atraída para estas cidades pelas oportunidades econômicas geradas parcialmente pela primeira corrente, para *actividades* que essencialmente não requerem qualquer tipo de qualificação específica, tais como Limpezas. Serviços pessoais, Domésticos, etc". (BÓGUS *apud* MALHEIROS, 2007, 42)

Controles de entrada em portos e aeroportos em grande escala foram realizados e constatados o seu ápice em 2007, segundo dados do SEF como se pode observar a seguir:

- Próximo de 11 milhões de passageiros foram vistoriados em 2007, contra quase 10 milhões em 2006, perfazendo um aumento de pouco mais de 10%;

- Nas fronteiras marítimas, no ano de 2007, 29.750 embarcações foram verificadas, enquanto que 18.550 foi o número de 2006;

- Em relação a origem destas pessoas, 65% eram de europeus, contra 15% de americanos e o restante são compostos por tripulantes, que em sua maioria são europeus e asiáticos;

- No ano de 2006, 4 mil vistos foram emitidos, contra 5,3 mil no ano de 2007, evidenciando um aumento significativo de aproximadamente 30%[22];

- Recusa de entrada teve o maior montante no ano de 2004 com 4.3 mil recusas, contra 3,9 mil no ano de 2007.

Ainda no tocante as recusas, a origem que obteve maior número de emissões foi o Brasil (2.068), seguido pela Venezuela (624) e do Senegal (407) e demais localidades.

A preponderância das variações foram as seguintes: a brasileira (+18,23%); a Venezuela (+433,45%); Senegal (+49%), entre outras. Resumindo, o Brasil ainda se destaca das outras localidades, quando se refere a recusas. E a Venezuela se mantém em segundo posto, e as razões que norteiam esses dados são os documentos falsificados.[23]

[22] Sob a égide da Lei, o SEF tem a possibilidade de elaborar vistos de curta duração nos postos de verificação fronteiriças, de forma excepcional/especial e de trânsito.

[23] Regulamento (CEE) n. 1932/2006 que altera o regulamento (CEE) n. 539/2001, transferindo a Bolívia, com conseqüente introdução de visto para os seus vistos nacionais os seus e os registrados, poderão receber ser recebidos.

Assim como já relatado anteriormente, as regras e condições para brasileiros em Portugal.

## 3.2. As Repercussões para o Migrante Brasileiro

Quando Portugal entra definitivamente para a União Européia e acata todas as condições contidas nas intenções, poderia ter sido o início também de uma série de atitudes que seriam nocivas aos Direitos Fundamentais da União Européia, e que podem afetar os cerca de 70 mil brasileiros que residem de forma legal em Portugal nas últimas décadas.

> "Conjuntamente podría establecerse un ambiente propicio para la migración a nivel interregional. Aún teniendo en cuenta que el tema migratorio en Europa es sensible, el problema demográfico presionará hacia una actuación política. Soluciones en conjunto con La región latino-americana – a partir de la creación de un espacio de enseñanza superior común y la elaboración de una agenda positiva de la migración biregional – podería ser el comienzo de una mayor comprensión por parte de los europeos y una red más densa entre las sociedades civiles. Pero también sería posible tratar en conjunto problemas ya existentes que preocupan a las dos regiones como el efecto *brain drain* o la migración ilegal. La falta de documentación y analisis de datos referentes al estado de la migración biregional representa una barrera para la cooperación y elaboración de una agenda en esta área – tarea que debería ser enfrentada con esfuerzo en especial por parte de la Unión Europea". (EGENHOFF, 2006)[24]

Costa *apud* Machado (2006, p.81), descreve uma discrepância entre os artigos 13 e 15 e que possuem a seguinte redação, respectivamente:

- Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever, em virtude, nomeadamente, de seu território de origem;
- Não se pode exercer função na administração pública que não tenham caráter predominantemente técnico, não sendo possível dar poderes de autoridade.

[24] *Op. cit.*

Mesmo com a assinatura do Tratado da Amizade em 2000, as emissões de vistos de entrada aumentaram, mas as recusas também cresceram, porém em número maior. A isenção das taxas de permanência, reconhecimento de títulos de nível superior e igualdade entre direitos e deveres, e inclusive as autorizações de residências, os percentuais ficaram mantidos entre 10 e 11%, durante o período de 1999 e 2004.

Então, Costa (2006, p. 83) resume das seguintes formas os dados referentes aos brasileiros em Portugal, a saber: "O cidadão brasileiro que residir regularmente em Portugal e que seja titular do estatuto de igualdade e do reconhecimento de direitos políticos tem um estatuto jurídico praticamente idêntico ao dos portugueses".

**Tabela 10 – Legalizações no Estado Português**

| Processo | Legalizados | Características |
|---|---|---|
| 1992-1993 | 16.000 | 39.000 processos – destaques para Cabo Verde |
| 1996 | 30.000 | 35.000 processos – sobretudo oriundos dos PALOP |
| 2001 (Aut. de Permanência) | 183.833 | Europeus do Leste, Brasileiros, PALOP e outros |
| 2003 Acordo Lula (brasileiros) | 13.998 | 30.000 registrados – 16.173 prorrogações (SEF) |
| 2004 – (correios) | 435.736 | 50.196 registrados – 3019 prorrogações |

Fonte: SEF

A autora descreve a seguir:

> "Estas medidas de regularização ou legalização dos migrantes são excepcionais, de uma perspectiva jurídica e administrativa, mas são uma consequência natural e lógica das migrações irregulares vinculadas à existência de uma economia informal. Efetivamente, na maioria dos casos os migrantes que se legalizam já estão incorporados ou integrados em algumas esferas da sociedade de acolhimento, não obstante as limitações formais e substantivas à cidadania que experimentam no seu cotidiano" (PADILHA *apud* MALHEIROS, 2007, 217)

Por sua vez a Professora Lúcia Bógus faz suas considerações acerca dos fluxos migratórios e chega a algumas conclusões, como por exemplo:

> "Os fluxos migratórios de brasileiros apresentam especificidades de acordo com os locais de destino. No caso de Portugal, em virtude das facilidades de idioma e hábitos culturais, alem da presença de redes sociais relativamente consolidadas, o número de imigrantes clandestinos é bastante elevado, chegando-se a estimar para o ano de 2004 a presença de 100.000 brasileiros residindo em território português, entre documentados e indocumentados, o que significaria que o valor destes últimos ultrapassaria, em muito, os 30.000. impõe-se, entretanto, a necessidade de novos estudos que permitam aprofundar o conhecimento do fenômeno e as suas aplicações recentes". (BÓGUS, 2007, 44).

Bógus (2007, p. 44) reafirma que, "geralmente pela falta de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade crescente e pelos baixos salários, os movimentos migratórios internacionais apresentam características distintas, que variam conforme os países de destino".

A professora em sua memorável pesquisa observou que a união conjugal entre brasileiros e portugueses ocorrem com certa facilidade, o que ela denominou de casamentos mistos. Porém, destacou também que ao aprofundarmos nos detalhes dos dados coletados, ficará nítido que homens portugueses unem se com mulheres brasileiras, sendo que o contrário se torna bem mais difícil. E expõe com explicações contundentes como descrevo a seguir:

> "Assim, os "casamentos mistos", embora pouco numerosos, destacam-se no conjunto dos casamentos de homens e mulheres portugueses com pessoas de outras nacionalidades. [...] considerando o período de 1990 e 2000, observe-se um expressivo e contínuo crescimento de casamentos de homens portugueses com mulheres brasileiras, o que não ocorre, na mesma proporção, para a situação em que o homem é imigrante brasileiro. Neste caso, o declínio observado a partir de 1996 para este grupo pode ser explicado pela mudança no perfil desses imigrantes, que passaram a ser menos qualificados, em geral dedicando-se a ocupações manuais e com uma condição social de

> pouco prestígio. Alem disso, os dados referentes a esses casamentos mistos também evidenciam um aumento da presença feminina entre os imigrantes brasileiros. Não há ainda informações suficientes, que possibilitem fazer afirmações sobre a qualificação profissional dessas mulheres, nem comparar o seu perfil com o dos imigrantes brasileiros do sexo masculino. Não há, também, evidências de que haja grandes diferenças entre os perfis de homens e mulheres migrantes, cabendo investigar as causas dessa maior presença feminina nos casamentos mistos de brasileiras com portugueses. Há que lembrar, no entanto, a existência, entre os imigrantes brasileiros, de um comportamento que reproduz a estrutura social do país de origem e onde a barreira imposta pela condição social impede o relacionamento e a amizade entre pessoas com diferentes níveis de instrução e de renda. Isso reflecte-se nos locais de reunião e convívio social, que variam conforme a condição social do grupo de imigrantes que os frequenta". (BÓGUS *apud* MALHEIROS, 2007, 45).

Após ouvir dezenas de relatos em meus estudos, consigo afirmar que pela tradição, ainda forte, nas famílias portuguesas, estas encaram o migrante brasileiro masculino como um quase-aventureiro, fazendo com que novamente um traço de discriminação fique evidente dentro das relações entre os países.

No intuito de saber a respeito de quem se está dissertando, a população que ora é relatada, tem um perfil diversificado quanto a origem, faixa etária e grau de instrução ou profissionalismo. Os grupamentos caracterizados são constituídos de jovens na faixa de 15 a 24 anos com qualificação média e superior, oriundas das capitais ou grandes cidades brasileiras. Outro perfil identificado foi de adulto entre 25 a 34 anos, desta feita de baixa escolaridade e também qualificação de média a baixa, que preferencialmente, buscam países eminentemente industriais, mas que foram detectados em grande número também em terras lusitanas.

Instituto Segunda Vaga de Imigração Brasileira para Portugal, busca atualizar este contexto, definindo o perfil dos brasileiros que adentraram de forma legal e devidamente documentados, ou seja, os jovens de 25 a 34 anos oriundos de Minas Gerais (31%), Espirito Santo (13%), São Paulo (12%) e Paraná (12%) que isoladamente se transferiram. Sendo que os fatores motivadores desta foram, econômicos com (79,5%), Baixa remuneração (54,5%) e

pelo desemprego em suas regiões (25%). E privilegiaram Portugal pela língua e pelas facilidades de integração[25].

Um outro fator de suma importância é que as transferências de numerários de Portugal para o Brasil acabam por incentivar em ambas as "pontas" a formação e instrumentalização de comércio para atender esses novos clientes. Nesta esteira Bógus (2007, p. 52) descreve que "o impacte das remessas provenientes de Portugal pode ser sentido na dinamização dos mercados imobiliários de certas cidades brasileiras de origem dos emigrantes mais recentes, como é o caso de Londrina, no estado do Paraná, onde se instalaram, inclusive, agências de recrutamento de trabalhadores para estabelecimentos portugueses".

Finalizando então, Bógus *apud* Baganha (2000) afirma "que os emigrantes brasileiros, com os seus perfis diferenciados e que variaram ao longo das duas últimas, inseriram-se nas duas correntes apontadas pela autora, contribuindo para a inserção de Lisboa no conjunto das "*soft-global cities*", com todas as mazelas sociais trazidas com a segunda corrente, tais como, a precarização do trabalho, a economia informal e o eventual rebaixamento dos salários dos imigrantes".

[25] Bógus, Lúcia M.M. *op. cit.*

# Capítulo 4 – Conhecendo a População Investigada

A seguir será apresentado com detalhes o perfil da população investigada com suas características essenciais, como por exemplo, a origem regional, a escolaridade, o gênero, entre outras informações que poderão esclarecer algumas impressões e conclusões ao leitor, todas elas, a saber.

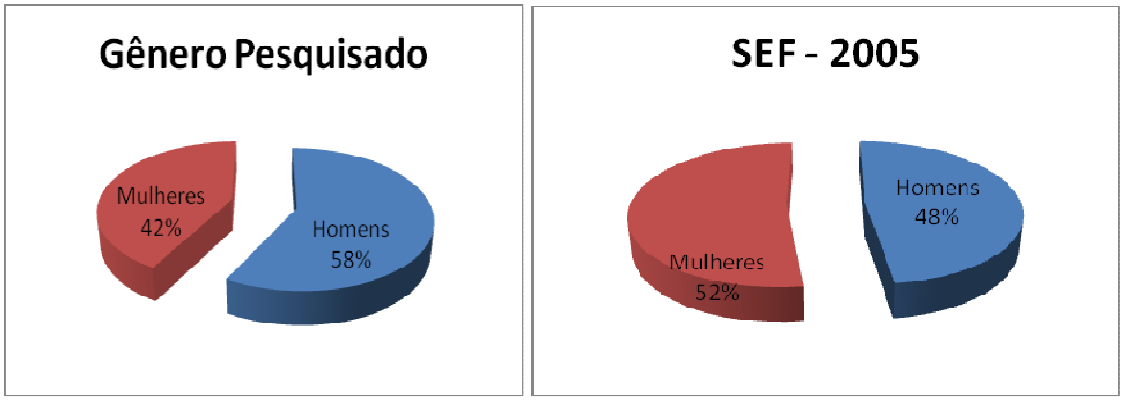
## 4.1. Identificando a População Imigrante

Após ter realizado 230 entrevistas e com a promessa de que os nomes não seriam revelados, a partir deste ponto, serão indicados quais são as formas, jeitos e tratamentos que são dados aos migrantes brasileiros num país considerado Parceiro, e dentro de uma "relação de amizade", e de vários acordos assinados recentemente pela cúpula dos dois países.

Dentre as metodologias possíveis para recolher os dados, foi eleita a que pudesse dar maior transparência e segurança na análise e interpretação destes, e em sendo assim, os entrevistados foram sendo convidados em vários pontos da cidade do Porto e também em Lisboa, onde se encontra a enorme maioria dos imigrantes brasileiros; algumas entrevistas foram feitas utilizando a rede mundial através de mecanismos eletrônicos e com ajuda de câmera para que fosse mantida a fidelidade da informação.

Primeiramente, a identificação privilegiará a questão de gênero e faixa etária a que a população pesquisada, ou seja, 230 respondentes, que compõem cada um dos estratos. O primeiro deles, em forma de gráfico, é a distribuição por gênero, a saber:

**Gráfico 7: Gênero (Comparação)**




Em números absolutos, 133 do sexo masculino foram ouvidos, enquanto 97 do sexo feminino opinaram. Homens perfizeram a maioria investigada, e que pode ter obtido este resultado por motivos fáceis de serem entendidos, uma vez que as mulheres acabam por ficar menos expostas nos logradouros, e ainda mais obtuso, parece ser o fato de que as mulheres preferem ficar no anonimato, e não querem dar opiniões. Ressaltando o fato de que esse número só foi possível por meios eletrônicos, sem nenhum contato pessoal.

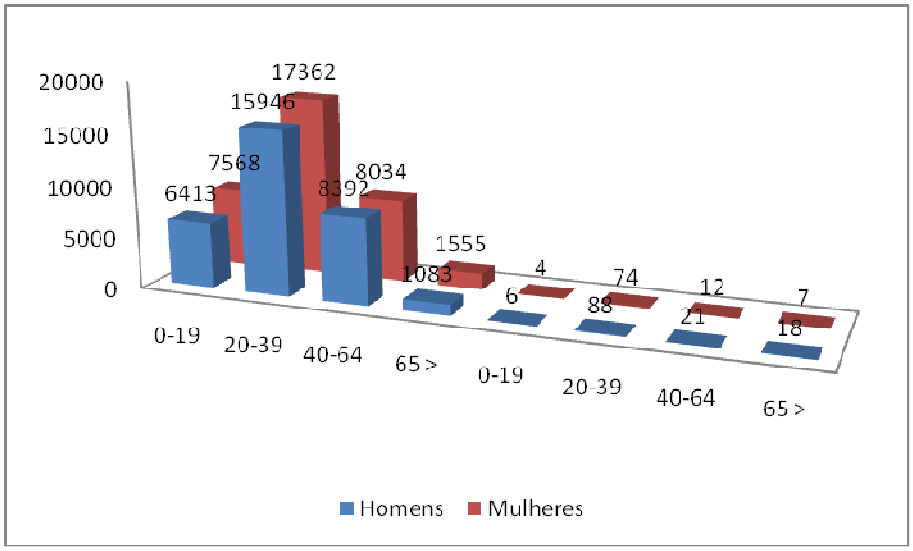
Ainda nesta esteira, existe outro aspecto que só foi possível captar por intermédio de respostas a partir de conversação descontraída, pois o receio observado está relacionado diretamente a questão profissional, uma vez que a maioria tem ocupação em domicílios, a indústria do entretenimento e de diversão adulta, e em sendo assim, ficam receosas pela discriminação neste campo.

Para constar, os números do SEF (2005) são compatíveis aos encontrados neste estudo, com exceção aos estrangeiros computados e legalizados, brasileiros, assim como demonstrado anteriormente no gráfico, e que em números absolutos, são 31.834 homens, enquanto, 34.520 são mulheres, perfazendo um total de 66.354 estrangeiros legalizados.

Na intenção de manter o nível de comparações com as estatísticas do SEF, foi feito um ajuste nos respondentes desta pesquisa formando grupamentos semelhantes nas faixas etárias,

ou seja, apenas para exemplificar, em pontos anteriores, foram informadas que as faixas eram de 15 a 24 e de 25 a 34. Enquanto que neste momento, para equalizar os números, as faixas serão ajustadas para 0 a 19, 20 a 39, 40 a 64 e acima de 65 anos, a saber:

**Gráfico 8: Faixa Etária**

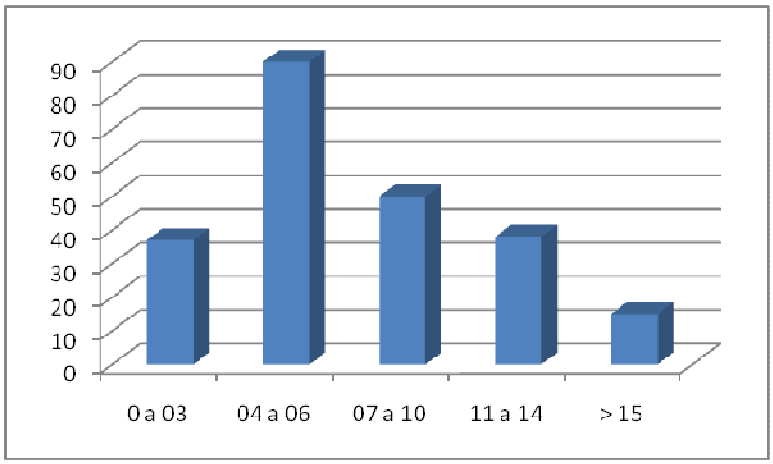



Assim como descrito, as 04 colunas que estão mais a esquerda evidenciam os números do SEF, enquanto que as 04 colunas da direita são desta pesquisa, perfazendo todos os respondentes, sem exceção.

O que chama atenção são novamente as divergências encontradas em relação aos números oficiais de estrangeiros brasileiros legalmente instalados em Portugal[26] divulgados pelo SEF e os encontrados nesta pesquisa.

[26] Cabe ressaltar que todos os entrevistados disseram estar legalmente no país, sendo que alguns estão com Autorizações de Permanência e outros com Títulos de Residência.

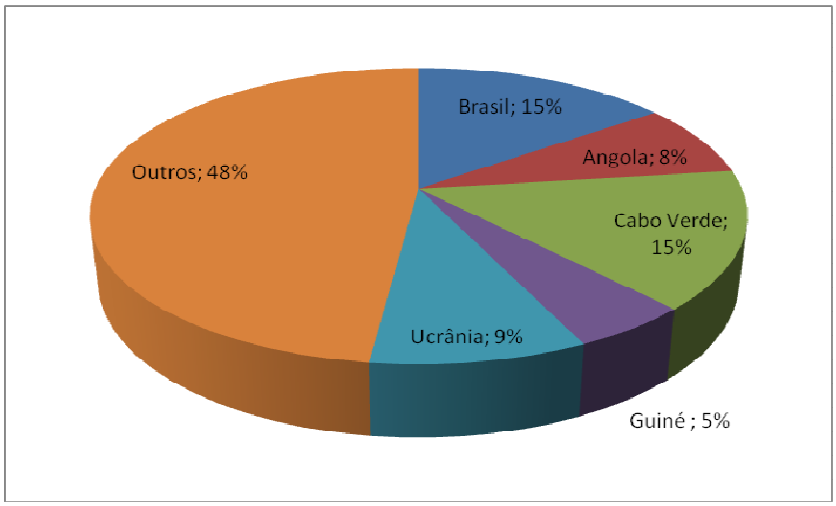
**Gráfico 9: Permanência em Portugal**




Os gráficos 9 e 10 nos mostram, em consonância ao anterior, o de número 8, que a maioria dos imigrantes em Portugal, estão na faixa de 20 a 40 anos, seja entre os africanos ou os sul-americanos, levando-se em conta que existe uma grande concentração de pessoas que circulam pela região da UE e que como cidadãos comunitários, acabam por não ser computados como imigrantes, a priori, e nesta pesquisa. Em particular, o gráfico evidencia que a grande quantidade/maioria dos respondentes estão entre 4 e 6 anos. Sendo que em boa parte do que foi constatado, ficou claro que as pessoas estavam tentando novas oportunidades no mercado de trabalho, inclusive, estipulando um prazo para que este objetivo fosse alcançado. E para exemplificar esse procedimento, as frases foram: “vou esperar por três anos, e se conseguir trabalho e registro legal, eu fico, caso contrário eu volto... ou se o dinheiro acabar!!!”.

A pesquisa comprova exatamente os números que aqui foram extraídos dos estudos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do ano de 2007.

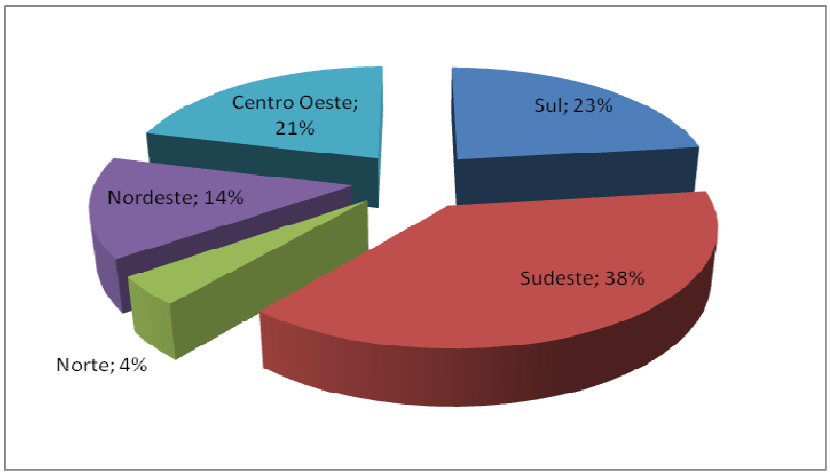
**Grafico 10: Principais Origens em Portugal**




Entre as solicitações de permanência contabilizadas no ano de 2007, e que foram 60.117, e que crescem cerca de 15% a cada ano, as cidades de Faro, Setúbal e a capital Lisboa, foram as que mais receberam os imigrantes, ou seja, cerca de 70% do total.

Ainda considerando as origens, e pormenorizando os entrevistados que mantém residência em Portugal, foi questionados quais regiões brasileiras originaram estes imigrantes e a condensação dos dados determinaram o gráfico a seguir:

**Gráfico 11: Regiões de Origem dos Imigrantes**

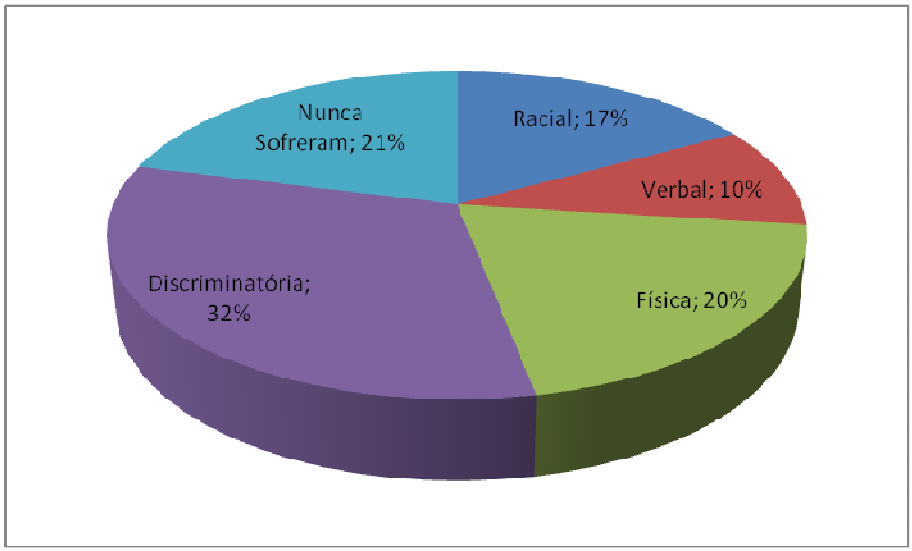


Os estudos também evidenciaram que apenas 28% dos respondentes são casados ou possuem relação estável conjugal, em Portugal, sendo que as faixas etárias 65 ou mais, que apresentou 18 respondentes, somados aos 6 que estão na faixa de até 19 anos, pertencem a mesma família, em sua maioria. Os demais entrevistados estão direcionados a conquistar um novo espaço profissional e pessoal, deixando em segundo plano as questões matrimoniais. Inclusive, alguns deles e que de forma velada, informaram ter relacionamentos estáveis, porém nas regiões de origem.

## 4.2. Consequências Imigratórias

Estudo e pesquisas realizadas por este autor identificou que durante os últimos 12 meses, levando-se em conta Maio de 2009, pelo menos 50% dos brasileiros entrevistados sofreram algum tipo de discriminação, fosse à própria residência, fosse ao tentar ser correntista e fazer uso de uma agência bancaria, ou ainda, utilizar dos serviços sociais e médicos. As formas de discriminar relatadas pelas pessoas ouvidas são as mais diversas, como por exemplo, assédios morais e sexuais, principalmente no trabalho, roubo e até violência verbal foram utilizadas como forma de agressão a esses brasileiros.

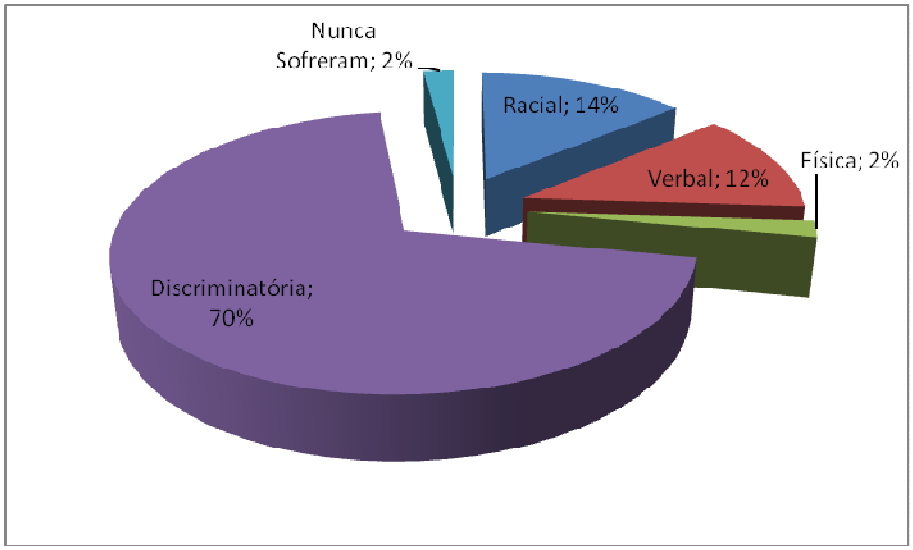
**Gráfico 12: Violências – Imigrantes**



Do montante de pessoas, ou seja, os quase 70 mil brasileiros, no universo legalizado em Portugal, e com o número de entrevistados nesta pesquisa, pelo menos 17% destes relatam situações vividas por razões raciais. Dentre os entrevistados neste estudo, o número percentual na questão violência o maior, pois foi contabilizado por fatores discriminatórios, que alcançou 32%, e que pormenorizadamente nos indica que por serem sul-americanos encontraremos uma parte das ações contrárias, e em segundo lugar pelo fato de serem brasileiros e concorrentes diretos no mercado de trabalho.

A Agência de Direitos Fundamentais, apurou somente na relação Brasil e Portugal essas atitudes maléficas e de baixo nível, para os nossos atuais dias. O que foi marcante para que fosse feito um estudo e imersão para aprofundar nas causas ou pelo menos quais são as formas de discriminação. E usando os mesmos critérios da visualização feita no gráfico anterior, e que teve como base as entrevistas, a Agência também fez seus estudos e chegou a seguinte demonstração gráfica:

**Gráfico 13: Agência de Direitos Fundamentais**




Atitudes discriminatórias são tão comuns nas regiões européias em relação a sul-americanos, que cabe ressaltar que no país Basco, também foi detectado este tipo de procedimento, porém os alvos lá são os colombianos e paraguaios, que de certa forma são

“taxados” como “espanhóis de baixo nível”, alcunha esta proferida, se bem que de forma velada.

Para grande parte dos imigrantes, 71% destes, a impunidade foi o grande motivo para que atitudes nocivas fossem tomadas e ampliadas em vários casos relatados, inclusive em repartição policial. Todos os entrevistados, relatam que “essas coisas acontecem mesmo, mas não é racismo ou similar, e sim, falta de paciência de alguns cidadãos para com a atual conjuntura econômica a que estão sofrer”. Palavras extraídas de uma das entrevistas, oriunda da capital Lisboa.

Mais relatos afirmam que não procuram os canais competentes para que possam firmar suas queixas, e enumeram as razões que são:

- Em primeiro lugar com 94% das declarações, o poder público não faz nada contra este tipo de atitude, pois como eles mesmos afirmam, precisam ter a pessoa agressora no momento do ato nocivo, pois a partir deste, tudo ficará sem grandes chances de ser comprovado;

- A seguir vem a motivação do desconhecimento das instituições legais e seus canais competentes, e o número não é muito diferente, alcançando 89% dos casos e entrevistados;

- A descrença é outra situação de relevância apurada nos estudos, pois descrevem ou dizem que suas denuncias não teriam qualquer resultado, e ainda poderia haver a exposição acima do que poderia ser suportado, seja esta última entendida de várias formas. A primeira em relação a não estar documentados, ou seja, ilegal; e uma outra é o receio das represálias, de todas as formas e origem.

Várias situações e relatos comoventes foram ouvidos durante o estudo e alguns deles reportados neste texto com profunda fidelidade, sem que haja qualquer ingerência deste autor, a saber:

1. João em 14 de Janeiro de 2009.

"Estou em Portugal e na cidade do Porto desde Maio de 1989, trabalho e tenho 02 filhos portugueses, mesmo sem estar casado no papel. Procuro emprego todos os dias para dar condição de vida a minha família e não faço questão da quantidade de horas que vou trabalhar, apenas que tenha chance de dar o estudo aos meus filhos (02 e 05 anos). Aqui tudo eu tenho que pagar, se precisar de médico, custa muito caro, ou eu que ganho pouco, mas é difícil viver em um lugar em que se pensa ser de primeiro mundo e viver como se fosse no fim do mundo. Quando cheguei até que era melhor, mas com as mudanças políticas, tudo mudou junto. Ganhava o bastante para suprir minha necessidade de solteiro e ainda sobrava para enviar aos meus país no Brasil, e agora!!!"

2. Dumas em 14 de Janeiro de 2009.

"Por que será que ninguém gosta de "brazucas", se entro em um bar e lá tiver três pessoas a ser atendidas, inglês, francês e eu, certamente eu nem serei atendido. Estou aqui desde 1995, e eu já peguei o que os amigos brasileiros dizem de época de desemprego. E nunca entendi direito essa época, qualquer africano que chegar comigo em uma obra terá também maior chance de pegar o emprego do que eu. Ai eu pergunto, em que lugar nós brasileiros vamos ter igualdade de direitos?"

3. Carlos em 02 de Janeiro de 2009

"Sou brasileiro e naturalizado português desde 2007 e chegado aqui em 2000, e tenho curso superior em Informática aqui mesmo na cidade do Porto e posso afirmar que a discriminação é forte e consegui me empregar por conta de concurso público e com total suporte no Tratado de Porto Seguro, caso contrário teria que ficar amargando o sub-emprego até hoje. Quero deixar claro que não sou ingrato quanto a acolhida que me foi dada aqui, mas sei que o meu vizinho canadense

e que tem muito menos conhecimento experiência e escolaridade, acaba tendo muitas chances que eu não tenho, e se ele fala inglês, eu falo também francês, ou seja, só se for de pele mesmo, ou de origem."

4. Miguel em 10 de Janeiro de 2009

"Sou português e presto serviços na construção civil, tenho pessoas conhecidas e que são brasileiros, e que moram comigo. E posso garantir que a coisa esta ruim para em todos os campos, Algrave parou nesses últimos anos, tem desemprego, violência vindo a aumentar dia para dia, os "tugas" passam fome aqui. E o pior é que estava mal, mas estava bom, ai tentaram arrumar e agora está neste pé, e já faz uns bons 10 anos!"

5. Leidi em 06 de Janeiro de 2009

Sou brasileira, casada com português e com um casal de filhos, e teve época que não trocaria esta terra por nenhum lugar do mundo. Hoje peço ajuda ao meu governo (brasileiro) para que possa me mandar de volta a minha cidade mineira de Valadares com meus filhos e marido. Não conseguimos juntar dinheiro nem para a viagem de volta, mesmo que tenha que deixar tudo aqui e recomeçar em Minas eu deixaria. E isso tudo é causado por o que eles (governo português) progresso e crescimento econômico, mas aqui no chão, esse progresso não chega, e nem vacina chega, temos que pagar agora.

6. Sandro em 12 de Janeiro de 2009

Se você quer saber o que penso sobre o antes e depois da dita entrada de Portugal e a chegado do Euro no país, eu posso te dizer que um escudo no chão era comum, mas agora, sou assaltado duas vezes por mês para dar comida a alguém. Sou português e todas essas desventuras são de compatriotas, nunca tive problemas com migrantes, e sim com os domésticos. Sei que muitos de nós fazemos campanha para mandarmos os cabo-verdianos embora ou os senegalenses, mas não sei ao certo se fará diferença. Esperamos

mesmo é que tenhamos chances de crescer juntos aos países vizinhos, e termos a mesma qualidade de sobrevivência encontrada lá."

7. Teresa em 10 de Janeiro de 2009.

"Não importa se tens ou não documentos legais, o problema é que até determinada data tínhamos certa tranqüilidade e qualidade de vida, e aqui era um lugar bom de se viver, podíamos até fazer certas extravagâncias turísticas pela Europa e hoje, quanto mais eles falam que a Europa está unida, mais ela está restrita para nós que chegamos por aqui. Se entrarmos em um trem e tivermos que passar por alguma fiscalização, estes passam perguntando e cumprimentando, se notam um idioma diferente, que não seja alemão e francês, eles pedem os documentos. É tão nítido isto, que quando fazem isto comigo eu respondo no meu mais frágil franco-lusitano, mas passo desapercebida com minha filha. Até aprendemos cantigas francesas para teatralizar nestas ocasiões, chato relatar isso, mas é assim que nos sentimos, e jogar tudo fora, diria ser impossível, afinal são 20 anos e não 20 dias."

8. Fábio em 10 de Janeiro de 2009.

"A coisa está tão difícil, hoje, que penso em ir embora, só não faço isso porque não consigo recomeçar com família em outro lugar, se estivesse sozinho já teria ido. Tenho 45 anos e vivo aqui desde os 20, construi uma vida e uma família e tudo o que eu tinha de comodidade, acabou, estou vivendo do que construí e guardei no tempo. E tenho pena daqueles que estão chegando agora, na esperança de fazer o que fiz, se você é um grande doutor, é desprezado pelos outros, que aqui chamam-no de concorrente e não de colega, se é mestre de obras, tem "moçambiquense" por um terço do valor, então o que fazer. Modernização nem sempre é qualidade de vida, sou engenheiro e que bom que fiz em uma das melhores escolas do mundo o Mackenzie.

9. Angelita – Via Rede Mundial (Skype) em 15/01/2010.

"Sou brasileira do norte paranaense com 28 anos e procurei me estabelecer na Cidade do Porto, porém está muito difícil... somos a

todo o momento achatado por ser concorrentes nas vagas que aqui abrem. Aqui só somos gente quando nos vestimos de turistas, ai sim, pode preparar o sorriso que você usará o dia inteiro!!! Já estou legalizada e há 06 anos, por isso não vou largar o que já fiz e conquistei a duras penas. Mas pensaria duas vezes se tivesse que começar tudo de novo."

10. Marcos em 08/01/2010.

"Estou aqui no que chamam de capital e de onde tudo emana, mas me parece que aqui é onde tudo ocorre de ruim, claro que estou falando de tratamento entre as pessoas. A terra é parecida com a nossa querida Curitiba, inclusive em algumas semanas do ano por causa do frio; mas o fato que me desanima é que por mais que trabalhamos, não conseguimos juntar dinheiro ou participar da vida social como os demais imigrantes comunitários (UE). Se eu gostasse de viver sozinho este seria o paraíso, pois ninguém conversa, faz festas ou reuniões de lazer, isso é muito ruim mesmo. Tenho 24 anos e não quero isso para mim!!!"

11. Ricardo via Rede Mundial (MSN) em 25/01/2010

"com 35 anos de idade e descasado sem filhos, consegui ter realizado ao menos uma parte de meus objetivos aqui no Porto. Tenho minha empresa de engenharia e que presta serviços de reformas e construção, principalmente para empresas pequenas e para o comércio. Acabo empregando vários brasileiros nas obras que sou contratado, e não tenho grandes e boas experiências com esses relacionamentos, pois eles crêem que por eu ser também brasileiro, eu vou facilitar a vida deles, o que não é verdade; o que também não faço é aproveitar da dificuldade deles para minha facilidade. Para dar certo aqui precisa dar duro!!!"

12. Antonio em 28/12/2009

"Já que você está residente no Brasil, você poderia me ajudar, pois estou aqui desde 2006 e até agora nem trabalho, nem moradia, nem

> respeito. Você poderia me ajudar a saber como faço para voltar ao meu país?"
>
> 13. Alberto
> "o primeiro trabalho que a gente arranjou foi em Pombal. Eles nos levaram para lá, e a gente ficou vivendo num contentor com mais uma dúzia de pessoas, nem tinha casa de banho... depois nos levaram para outro lugar que eu nem sei o nome, e não foi muito melhor [...] Mas o pior foi depois, num lugar que acho que se chamava Régua, era uma barracão que nem camas tinha, nem água nem casa de banho... eu não agüentava o trabalho, era muita humilhação e gritaria..."

Levando-se em conta que os principais problemas são de ordem emocional, que origina a discriminação, e a ilegalidade documental, o migrante passa a ter grandes problemas para adentrar ao mercado de trabalho. A partir de então se começa a criar situações de busca destes documentos das formas mais obscuras, o que não foi motivo deste estudo, mas que ficou claro nas entrelinhas, sem nunca ninguém ter afirmado tal condição.

Oliveira *apud* Foucault (2007, p. 139) faz uma afirmação no mínimo desafiadora, pois diz que "existência de uma proibição legal, cria a sua volta todo um campo de práticas ilegais"

## Conclusões

A relação entre Portugal e Brasil, sempre foi vista como de grande importância e historicamente com nuances de dependência. Nos dias atuais, porém, pode-se observar que o clima de parceria é mais visível do que pode se perceber das ocorridas em várias passagens nos últimos 05 séculos. E isto faz com que todas as considerações deste estudo realce este sentimento e esta ligação.

Por essa razão, teço essas palavras para indicar que a repercussão dos rumos tomados por Portugal na entrada e concretização dos estatutos da União Européia, acabou fazendo com que os migrantes brasileiros tivessem dois momentos distintos.

Sendo que o primeiro pode até ter sido de super valorização da força de trabalho, pois com grandes quantidades de investimentos realizados nas cidades portuguesas, foram aceitos centenas de milhares de autorizações de residências e permanências para estes imigrantes; porém em tempos que se seguiram, veio o segundo momento, e com os grandes centros sendo tomados por mais culturas e origens, a relação foi se deteriorando e a convivência se tornou mais rude. Principalmente quando a população nacional começou a ver que seus postos de trabalho começam a correr "perigo", e que a concorrência se torna mais acirrada com todas as cidades do mundo pela globalização instaurada. Isso faz com que os vizinhos fechem suas "janelas" de forma a que a parceria passou a ser retórica governamental, mas que não haveria mais as raízes profundas na sociedade comum.

A integração dos brasileiros seria bem mais fácil se alguns estereótipos fossem quebrados e/ou eliminados, privilegiando e fortalecendo as imagens positivas dos imigrantes. E em complemento isto, objetivar que as relações sociais pudessem criar uma sociedade de acolhimento, que poderia ser uma grande arma facilitadora para a integração, principalmente das ex-colônias, e em particular de Cabo Verde e Guiné, que nos últimos anos passaram a ser os países que mais solicitaram regularizações de permanência; sendo que havia 20 anos que não se verificava um número tão grande de pedidos.

Ainda sobre os brasileiros em Portugal, as questões de violências diversas são, infelizmente, comuns e rotineiras. Agência de Direitos Fundamentais foi pesquisada e resultou que apenas 2% dos pesquisados pela Agência não sofreram qualquer tipo de violência, sendo que o restante foram alvos de problemas dos mais diversos tipos, como por exemplo, as discriminações relativas a origem, as verbais (por xingamentos) e inclusive as agressões físicas, que já foram motivos de apreensões de portugueses e demais comunitários.

Todas as questões legais levantadas neste texto foram analisadas e podemos concluir que recentemente com as quotas de entrada, e o privilégio a autorizações de curta duração, estas são estratégias para suprir a mão de obra necessária e satisfazer a economia portuguesa, sem que haja uma saturação dos modelos e propostas trabalhistas aos locais.

No que tange as relações profissionais no mercado de trabalho, os atos de discriminação ainda pode ser percebidos pela maioria dos trabalhadores imigrantes, sejam eles com qualificação ou sem, jovens ou com maior experiência, e em todos os níveis sociais discutidos aqui. O que é notório é que Portugal precisa estabelecer novamente o ciclo econômico entre Empresas-Famílias, pois caso isto não venha a ser ajustado de forma rápida, seguramente institutos previdenciários poderão ter sérios problemas de continuidade.

Afora todos esses detalhes, também podemos concluir que a crescente imigração de brasileiros tem seu lado bom para Portugal, haja vista que por ser mão de obra de baixo custo e com grande valor agregado, poderá ajudar no curto prazo o país a sair da situação econômica que se encontra. E inclusive por questões menos econômicas, mas sem dúvida com a mesma importância, as redes sociais já estão formadas, com percepção relativamente positiva da sociedade. E isto só foi possível pelo estabelecimento de Tratados e Acordos que preconizam melhorias para as partes, e tratamento igualitário ao imigrante brasileiro.

Não podemos deixar de enfatizar que da mesma forma que Portugal recebe novos imigrantes, este também envia aos demais países seus emigrantes, e que economicamente falando, é de suma importância ao país, pois as remessas financeiras estão parcialmente estabilizadas, o que faz a economia trabalhar com um horizonte bem mais tranqüilo.

Finalizando, a adesão de Portugal a UE, este país buscava não ser mais o país pobre da península, postulando a sua entrada nos países de primeiro mundo e que pudesse dar melhores condições de vida aos locais e aqueles que o visitassem. Assim como Portugal e sua intenção de ser, principalmente, a "porta de entrada" para a União Européia, e ao espaço Schengen, que é mais interessante quando se tem afinidades para que se possa fazer grandes negócios e parcerias, isto posto, evidentemente convergindo ao Brasil.

Esta pesquisa não teria finalização por si só, pois quando se propõe estudar aspectos econômicos, políticos e principalmente sociais, os entrances são vários e não se pode concluir e sim deixar uma porta aberta para que prossigamos com maiores dados e interações.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE, Rosana, FERREIRA, Lígia, VIEGAS, Telma. O associativismo dos imigrantes em Portugal. In: *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.

ALCOFORADO, Fernando. Globalização. Livraria Nobel S.A., São Paulo, 1997.

BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João, MALHEIROS, Jorge. Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal. Lisboa: UUC/Oefp, 1998.

_____. Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português, *Análise Social*, Vol. 34, nº 150, 1999.

_____. A legislação de estrangeiros em Portugal: A situação dos cidadãos brasileiros. *In*: Imigração brasileira em Portugal. Lisboa: Artipol, 2007.

BOAS, Maria, Tensões na experiência migratória de brasileiros em Portugal. In: A imigração brasileira em Portugal. São Carlos: Edufscar, 2006

BANCO DE PORTUGAL. Relatório Anual de 2000. Lisboa.

BÓGUS, Lúcia M.M. Esperança além-mar: Portugal no "arquipélago migratório" brasileiro. *In*: Imigração brasileira em Portugal. Lisboa : Artipol, 2007.

CASTLES, S. e MILLER, M.J. The age of migration. Londres. Macmillan Press, 2003.

CERVO, Amado L, BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

COSTA, Paulo Manuel. A legislação de estrangeiro em Portugal: a situação dos cidadãos basileiros. *In* A imigração brasileira em Portugal. São Carlos: Edufscar, 2006.

_____. Políticas de imigração e as novas dinâmicas de cidadania em Portugal. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

FIGUEIREDO, Alexandra, PEIXOTO, João. Imigrante brasileiro e mercado de trabalho em Portugal. *In*: Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal. São Carlos: Edufscar, 2006.

FRANCO, Gustavo H.B. As causas da riqueza ibérica. In: O Estado de São Paulo, abril 15, Caderno Economia, p.2, 2001.

GAGO, José M., *et al*. Portugal fatores estruturantes. *In* Os desafios Europeus pós-1992: Fatores estruturantes e Actores estruturantes. Lisboa: Dom Quixote, s/d.

KON, Anita. Economia industrial. São Paulo. Nobel, 1994.

____. A estruturação ocupacional brasileira: uma abordagem regional. Brasília. SESI, 1995.

LUIS, J. B. Economia pura. N. 33, p. 56-58, 2001.

MACHADO, Fernando Luís. Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *In* Sociologia – Problemas e Práticas, n° 24, 1997.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (org). Imigração brasileira em Portugal. Lisboa: Artipol, 2007.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. A economia portuguesa. DGEP, 2000.

PADILHA, Beatriz. Integração dos "imigrantes brasileiros recém-chegados" na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades. *In*: Imigração brasileira em Portugal. São Carlos: Edufscar, 2006.

PEIXOTO, João. A Mobilidade Internacional dos Quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal. Oeiras : Celta Editora, 1999.

_____. Migração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *In*: Peixoto, João (org.). Migrações. n. 2. Observatório da Imigração. ACIDI, 2008.

RESENDE, Paulo E.A., DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio. Desafios da globalização. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

RUGY, Anne. Dimensão econômica e demográfica das migrações na Europa multicultural. Oeiras: Celta, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. A globalização e as ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional. São Paulo. Hueitec, 1997.

SELLTIZ, Claire, et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 2. ed. São Paulo: Herder, 1967.

Acervo eletrônico

EGENHOFF, Tjark. Europa América – Latina: Constuyendo uma nueva agenda biregional. Fundación Konrad Adenauer. Disponível em http://www.adenauer.org.br/index.asp - acesso em 21/03/2010.

FERREIRA, J.F. Palma. Jornal O Expresso – Disponível em http://www.janelanaweb.com/dinheiro/5anos.html - acesso em 12/07/2010.

FONTES, Carlos. Disponível em HTTP://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTEuropa.html

GUEDES, Paula. Alegria, hierarquia e subordinação: Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. Disponível em http://www.cemme.fcsh.unl.pt/destaques/DESTAQUE%20001.pdf – acesso em 14/03/2010.

MAGALHÃES, José C. Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras. Disponível em HTTP://www.openlibrary.org/work - acesso em 15/07/2010.

MAXWEEL, Kenneth. A construção da democracia em Portugal. Lisboa. Presença, 1999. Disponível em http://www.librairie-portugaise.com – acesso em 16/07/2010.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA – Disponível em http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx - Acesso em 20/06/2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/questoes/download - acesso em 14/08/2010.

NAÇÕES UNIDAS. World Economic and Social Survey – 2004. Disponível em http://www.un.org/esa/analysis/wess/past-issues.htm#2004 – acesso em 13/06/2010.

ROCA, Zoran. Valorização da identidade do território, globalização e agentes de desenvolvimento local em Portugal. Disponível em http://tercud.ulusofona.pt/publicacoes/2000/RocaZ_Text.pdf - Acesso em 21/06/2010.

Sindicato dos Metalurgicos do ABC. Disponível em HTTP//www.smabc.org.br

# Anexo A

**Tabela 11 - Estruturas sócio profissionais dos maiores grupos de estrangeiros Área Metropolitana de Lisboa, 2001**

| | Percentagens (%) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Patrões e Gestores de pequenas empresas | Pequenos patrões; trabalhadores indepeendentes e profissionais independentes de ID | Trabalhadores independentes e empregados (administração, comércio e serviços) | Trabalhadores independentes e trabalhadores semiquali-ficados da indústria e construção | Pequenos agricultores e trabalhadores semi-qualificados da agricultura | Trabalhadores não qualificados da indústria e construção | Empregados dos serviços sem qualificações | Grandes Patrões e Directores/ /Gestores | Outros | População não activa |
| **Total** | **3,2** | **11,3** | **16,0** | **9,9** | **0,5** | **1,3** | **6,0** | **2,5** | **1,5** | **47,8** |
| Portugal | 3,2 | 11,5 | 16,3 | 9,4 | 0,5 | 1,1 | 5,8 | 2,4 | 1,5 | 48,4 |
| EU – 15 | 4,9 | 23,7 | 10,1 | 3,9 | 0,4 | 0,7 | 2,0 | 8,0 | 1,2 | 45,0 |
| Europa de Leste | 2,0 | 7,8 | 7,7 | 39,0 | 2,2 | 18,5 | 9,8 | 1,9 | 1,7 | 9,5 |
| PALOP | 2,4 | 3,2 | 9,1 | 23,6 | 0,3 | 4,9 | 14,9 | 1,6 | 2,3 | 37,6 |
| Outros – África | 3,8 | 6,1 | 9,7 | 27,9 | 0,8 | 8,6 | 7,4 | 3,0 | 2,6 | 30,2 |
| América do Norte | 3,1 | 22,6 | 6,7 | 2,2 | 0,6 | 0,5 | 1,8 | 4,3 | 2,3 | 56,0 |
| **Brasil** | **4,8** | **11,8** | **16,9** | **21,0** | **0,6** | **6,6** | **8,4** | **5,3** | **1,6** | **22,9** |
| Outros da América Central e do Sul | 5,9 | 21,4 | 12,3 | 8,9 | 0,3 | 1,5 | 8,9 | 4,8 | 2,4 | 33,4 |
| China, Índia e Paquistão | 11,7 | 2,8 | 22,1 | 18,6 | 0,5 | 13,6 | 3,8 | 1,6 | 1,1 | 24,3 |
| Outros – Ásia | 4,9 | 8,4 | 17,1 | 10,5 | 1,5 | 5,1 | 8,7 | 4,7 | 1,3 | 37,6 |

**Fonte: INE, Censos da População 2001**

# Anexo B

## Anexo C

Relatos sobre as dificuldades sobre relacionamentos:

"As pessoas são muito mais recatadas, as pessoas não falam da sua própria vida como os brasileiros falam".(Patrícia, 44 anos consultora 16 anos região)

"A sociedade portuguesa, a gente sente uma falta muito grande do calor humano do Brasil. Os portugueses são muitos diferentes. A nível pessoal, eu tenho muito poucos amigos portugueses... Portugal é esquisito, é um povo tristinho, brasileiro vibra muito mais, é alegre, é mais alegre, é um astral melhor, de um modo geral o astral melhor". (Daniel, 52 anos, engenheiro e dirigente associativo, 15 anos em Portugal)

"Eu moro em um prédio, não conheço ninguém na rua, não conheço meu vizinho nem de frente nem de lado, quando muito, bom dia e boa tarde. Não passa disso. É uma coisa que eu nunca me adaptei aqui, um relacionamento muito impessoal que as coisas têm. No trabalho morrem do portão para fora da empresa. A base da minha educação nunca foi essa, é uma coisa que hoje com a idade que já tenho, nunca vai mudar. Mudei muita coisa, já estou há muitos anos fora" (Fabiano, 33 anos, operário, há onze anos em Portugal).